



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LINCOLN FERNANDEZ

**AS DISTINTAS CONCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO NO PENSAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL**

SALVADOR

2015

LINCOLN FERNANDEZ

**AS DISTINTAS CONCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO NO PENSAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso desenvolvido no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Área de Concentração: História do pensamento econômico.

Orientador: Prof. Dr. Luiz A. Mattos Filgueiras

SALVADOR

2015

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Cristina Magalhães CRB 5- 960

Fernandez, Lincoln

F363 As distintas concepções sobre o trabalho no pensamento econômico e social./ Lincoln Fernandez. – Salvador, 2015.
69f.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2015.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Mattos Filgueiras.

1. Economia do trabalho. 2. Economia política. I. Filgueiras, Luiz Antônio Mattos. II. Título. III. Universidade Federal da Bahia.

CDD – 331

LINCOLN FERNANDEZ

**AS DISTINTAS CONCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO NO PENSAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 1º de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR:

Prof. Dr. Luiz Antônio Mattos Filgueiras

Faculdade de Economia da UFBA

Prof. Dr. Antônio Renildo Santana Souza

Faculdade de Economia da UFBA

Prof. Dr. Jair Batista da Silva

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA

Aos trabalhadores e trabalhadoras, em especial a meu pai e minha mãe.

“Cenários desabarem é coisa que acontece. Acordar, bonde, quatro horas no escritório ou na fábrica, almoço, bonde, quatro horas de trabalho, jantar, sono e segunda terça quarta quinta sexta e sábado no mesmo ritmo, um percurso que transcorre sem problemas a maior parte do tempo. Um belo dia, surge o ‘por quê’ e tudo começa a entrar numa lassidão tingida de assombro. ‘Começa’, isto é importante. A lassidão está ao final dos atos de uma vida maquinal, mas inaugura ao mesmo tempo um movimento da consciência. Ela o desperta e provoca sua continuação. A continuação é um retorno inconsciente aos grilhões, ou é o despertar definitivo. Depois do despertar vem, com o tempo, a consequência: suicídio ou restabelecimento”.

Albert Camus

RESUMO

Objetiva-se, por meio desta monografia, iniciar uma investigação acerca das principais e distintas concepções sobre o Trabalho, seja numa perspectiva a respeito da atividade produtiva, do processo de trabalho, ou relativamente ao resultado do trabalho material ou imaterial. Busca-se expandir a compreensão sobre o Trabalho para além das ciências econômicas com a finalidade de alcançar uma maior amplitude acerca da complexa (trans)formação do objeto em destaque, na medida que são inseridas interpretações filosóficas, teológicas, sociológicas, e etimológicas sobre o Trabalho. Diante da agregação de diferentes campos do conhecimento, será apresentado, por um lado, diversas convergências e aproximações de concepções totalmente distintas sobre o Trabalho; por outro lado, o relevante afastamento e, em alguns casos, a ruptura entre tais considerações. Portanto, o presente estudo possui um caráter eminentemente teórico e abstrato a respeito do objeto em função da tentativa de contrapor diversas reflexões na busca por uma compreensão plural e avançada sobre o Trabalho.

Palavras-chave: Economia política. Economia do trabalho. História do pensamento econômico. Labor. Trabalho. Mundo do trabalho

ABSTRACT

The purpose through out this monograph, is to initiate an investigation on the main and distinct conceptions of work, either on a perspective of the productive activity, of the working process, or of the outcome of the material or immaterial labor. It seeks to expand the understanding of the work beyond the economic sciences in order to achieve a greater extent about the complex (trans)formation of the highlighted object, as philosophical, theological, sociological and etymological interpretations are inserted on the topic. Given the aggregation of different fields of knowledge, it presents, on the one hand, many convergences and approximation of totally different conceptions about work; on the other hand, the relevant spacing and, in some cases, the disruption between such considerations. Therefore, this study has an eminently theoretical and abstract character about the object due to the attempt to counteract various reflections in the search for a plural and advanced understanding of work.

Keywords: Political economy. Labor economics. History of economic thinking. Labor. Work. World of labor.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	OS SENTIDOS DO TRABALHO	12
2.1	A ETIMOLOGIA DE “TRABALHO”	12
2.2	O TRABALHO NO CRISTIANISMO: CATÓLICOS E PROTESTANTES	14
2.3	TRABALHO E RIQUEZA NO PENSAMENTO ECONÔMICO CLÁSSICO	24
2.4	A ÓTICA DA ORTODOXIA ECONÔMICA	34
2.5	HEGEL: TRABALHO, TELEOLOGIA E EXTERIORIZAÇÃO	37
2.6	FRIEDRICH ENGELS E A “HOMINIZAÇÃO” PELO TRABALHO	40
2.7	A ONTOLOGIA MARXIANA DO TRABALHO	44
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS	68

1 INTRODUÇÃO

Não foram poucas – nem irrelevantes – as tentativas de decretar o fim de tudo. As décadas de 80 e 90 do século passado ficaram marcadas, entre outras coisas, pela variedade de livros e artigos dedicados à compreensão das transformações que o capitalismo vem passando desde a crise do fordismo/taylorismo. Anunciaram o fim dos empregos (RIFKIN, 1996), deram adeus ao proletário (GORZ, 1987), questionaram os clássicos da sociologia e o trabalho enquanto categoria fundamental na formação social (OFFE, 1991) e até determinaram o fim da História (FUKUYAMA, 1992), como forma de produzir uma base para o “mundo novo” que emergia frente ao fim da guerra fria, à vitória da democracia liberal de mercado, à reestruturação produtiva, à revolução microeletrônica e ao toyotismo, que ultrapassava os limites da indústria e penetrava na sociedade produtora de mercadoria como um todo. Neste sentido, o Trabalho, enquanto categoria-chave que outrora proporcionara a compreensão das formações sociais e seu dinamismo, foi posto em cheque.

As críticas à centralidade do trabalho, de forma geral, fundamentam-se na medida que o capitalismo evolui na direção da substituição intensa do capital variável pelo capital constante e o trabalho vivo pelo trabalho morto, isto é, quando o desenvolvimento de suas forças produtivas atinge um nível tal que o protagonismo da classe trabalhadora na criação de riquezas aparentemente foi superado pelos avanços tecno-científicos, inerentes à própria lógica de acumulação a partir da concorrência intercapitalista. Dessa forma, segundo alguns críticos, o trabalho deixa de ser um fator imprescindível – seria até mesmo descartável – à reprodução e perpetuação do modo de produção capitalista e à valorização do capital, não mais cumprindo função estruturante na criação de valores de troca. Induz-se, portanto, à constatação de que, se o trabalho foi ou está sendo abolido, a classe trabalhadora está condenada à extinção e, conseqüentemente, não mais existiria espaço para a luta de classes, muito menos para reivindicação da propriedade dos meios de produção e do salto para um modo de produção para além do capital e das classes. Em síntese, os críticos – apesar de muitos estarem à esquerda – justificam, sustentam e até reforçam a hegemonia capitalista ao passo que minimizam a importância da luta proletária, além de omitir o caráter degradante das condições contemporâneas de trabalho impostas pelas técnicas de organização e gestão do trabalho características do toyotismo.

Por outro lado, a realidade dos trabalhadores ao redor do mundo indica situações completamente distintas daquelas apontadas pelos teóricos do “fim do trabalho”. É incontestável a veemente redução do proletário industrial taylorizado, bem como a intensificação do processo de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, porém, diferentemente do que estes teóricos defenderam, o desmonte das antigas relações de trabalho apenas fez emergir novas e distintas relações, cujas características são o inverso daquelas, entretanto sem eliminar o trabalho tanto na sua dimensão concreta, quanto abstrata. A rigidez deu lugar à flexibilidade, a agregação à fragmentação, a contratação direta à terceirização, a segurança à instabilidade, a indústria aos serviços, entre outros.

A configuração do Mundo do Trabalho pós-taylorista deve ser apresentada não a partir da presunção de superação do trabalho enquanto criador de riquezas e característica central da vida dos homens e mulheres, mas, sobretudo, como a superação e supressão das garantias e direitos conquistados pela classe trabalhadora ao longo da história. À vista disto, as novas relações de trabalho emergem sob o seguinte contexto, como demonstra Antunes (2005): diferentemente do que estava ocorrendo no continente europeu no fim do *Welfare State*, onde a importância relativa do trabalho na produção de riquezas estava diminuindo em função do aumento do capital constante, os países periféricos ao redor do mundo, localizados principalmente na Ásia e na América Latina, experimentaram a entrada de grande parte da indústria dos países centrais do capitalismo em função da busca concomitante por um preço da mão de obra muito abaixo daqueles praticados nos centros e oportunidades de conquistar potenciais e grandes mercados consumidores pouco explorados; o eurocentrismo explica grande parte dos equívocos daqueles teóricos sobre o fim do trabalho.

As principais características da “nova morfologia do trabalho” (ANTUNES, 2005, 28-31) são: (i) de um lado, a redução do trabalhador estável e industrial e, do outro, o aumento do “novo proletariado, do subproletário fabril e de serviços, o que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado”, numa substituição constante do primeiro pelo segundo; (ii) o aumento expressivo do contingente de trabalhadores nos serviços, incitando o sindicalismo desses setores; (iii) por um lado, a exclusão de jovens e idosos e, por outro, a inclusão de crianças no processo produtivo; (iv) o crescimento significativo das mulheres que se inserem no mercado de trabalho, entretanto limitadas às funções secundárias, de importância e valorização menos importantes, cujas qualificações requeridas são menores; (v) apesar das barreiras existentes entre os países, verifica-se a mundialização do mercado de trabalho,

incitando conflitos entre a população nativa e imigrantes, entre outras características menos relevantes.

Tomando este debate como pano de fundo, bem como as disputas no âmbito político e social referentes às diversas e constantes tentativas de retroceder os direitos conquistados pela classe trabalhadora no Brasil e no mundo, esta monografia tem a pretensão de ser uma introdução e lançar luz à uma natureza pouco convencional sobre os estudos do Trabalho, cuja finalidade é auxiliar tanto o desenvolvimento das teorias dentro e fora da Academia, quanto da análise pragmática e empírica sobre o Mundo do Trabalho. Portanto, parte-se da perspectiva da história do pensamento econômico e social com a intenção de identificar relações entre (i) a concepção sobre o Trabalho que determinado estrutura teórica possui e (ii) sua prática correspondente, as quais implicam ou possuem a potência de impactar na realidade da classe trabalhadora de formas totalmente distintas, ora favorável, ora hostil.

Diante desta reflexão, indaga-se se a heterogeneidade das concepções – metodologia e campo do conhecimento – e a forma pela qual estas compreendem o Trabalho é determinante no âmbito das disputas políticas, as quais tendem a fundamentar-se numa ou noutra visão sobre o Trabalho, mesmo que inconsciente e/ou involuntariamente.

Além desta Introdução, consta nesta monografia apenas uma seção referente aos diversos sentidos que as concepções têm sobre o Trabalho, as quais serão expostas ao longo de sete subseções e nas considerações finais. A primeira subseção deste estudo refere-se ao estudo etimológico da palavra “trabalho”, cuja finalidade é elucidar seus sentidos explícitos e implícitos em diversas línguas, enfatizando os significados e contradições correspondentes à língua portuguesa. Em seguida, compete à segunda subseção apresentar as diferentes percepções e idiosincrasias atribuídas aos católicos e protestantes no que se refere ao trabalho, sua condenação e sua valorização, respectivamente.

Nas terceira e quarta subseções são introduzidas noções das ciências econômicas sobre o trabalho, sendo, respectivamente, contemplada pelas óticas clássica e neoclássica. Enquanto os fisiocratas e os economistas clássicos enxergam a íntima relação entre o trabalho e a riqueza e, conseqüentemente, o bem-estar social, para os neoclássicos, de acordo com sua perspectiva otimizador da economia, o trabalho é um fardo para quem trabalha e um custo para quem emprega.

Os sentidos do Trabalho são ampliados e complexificados na quinta subseção com a introdução à perspectiva da filosofia hegeliana sobre o trabalho, cuja finalidade é apresentar as características fundamentais de todo e qualquer trabalho, seu fundamento teleológico e alienante. A sexta subseção refere-se às contribuições de Engels acerca da gênese e desenvolvimento biológico e intelectual do homem e sua intrínseca relação com o trabalho. Por fim, na última subseção é apresentado o potencial do pensamento de Marx no que se refere ao Trabalho, às suas relações com a natureza, à sua capacidade teleológica eminentemente humana e à sua dimensão social.

Ao lado das outras concepções, destaca-se a abordagem de Karl Marx em função de sua abrangência e profundidade acerca do objeto estudado. Sua concepção sobre o Trabalho subsume a contribuição da quase totalidade das outras visões apresentadas. A limitação a um campo do conhecimento específico, comum às outras concepções, não foi adotada por Marx; sua abordagem visa a unidade do conhecimento, a transdisciplinaridade, envolvendo todas aquelas disciplinas tratadas separadamente – economia, filosofia, sociologia, etc –, em menor ou maior dimensão, num conjunto harmônico e indissociável, na busca por uma ontologia do Trabalho.

No entanto, não se pretende, com tais interpretações, esgotar os sentidos que o Trabalho possa ter. A escolha reside no cumprimento da metodologia dialética, contrapondo diferentes formulações as quais implicam em distintos sentidos do Trabalho.

Às considerações finais cabe a identificação das aproximações, divergências e rupturas entre as diversas concepções sobre o Trabalho, bem como o reconhecimento de outras óticas que não são abordadas nessa monografia e a sugestão de inclusão destas em outros estudos.

2 OS SENTIDOS DO TRABALHO

Trabalho, enquanto objeto de estudo, explica-se pelo seu verbo correspondente; quando este se realiza. É pelo ato de trabalhar, por seu processo de trabalho, pelas especificidades de cada ato, pela relação da pessoa humana que trabalha com o resultado do seu trabalho e por sua finalidade, que o Trabalho, enquanto categoria, é compreendido.

2.1 A ETIMOLOGIA DE “TRABALHO”

Pela gênese da palavra, a etimologia de “trabalho”, pode-se identificar, em diversas línguas, alguns dos sentidos que estão latentes, implícitos. Amplamente discutido e pesquisado, sabe-se que a mais remota evidência está relacionada à palavra, em latim, *tripalium*. De acordo com Albornoz (1988, p. 10), “*tripalium* era um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, no qual os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los”. Entretanto, há o entendimento que *tripalium* é comumente associado a um instrumento de tortura; o que não implica em mudanças nas formas do instrumento em si, apenas em sua utilidade.

Neste sentido, não se sabe ao certo se a finalidade primeira do instrumento era voltada à facilitação da atividade produtiva na agricultura ou se, desde o início, o *tripalium* era utilizado para a prática de tortura de seres humanos. Aparentemente, parece razoável que tal instrumento tenha sido formulado para auxiliar o agricultor nas suas atividades, no trabalho, e passou a ter uma utilidade alternativa que a submeteu: a tortura. Trabalho, portanto, como tortura, como fardo, como aflição incessante, como única via que desemboca na sobrevivência; enquanto existir sopro de vida humana, independentemente das condições objetivas e/ou subjetivas as quais cada indivíduo encontra e atua em seu tempo histórico, encontrar-se-á a negatividade do trabalho, assim como, em determinados pontos de vista que serão apresentados posteriormente, a positividade. Tem-se, portanto, que o primeiro sentido do Trabalho remete à sua própria gênese enquanto expressão falada e escrita de um ato, o qual expressa não o resultado do trabalho, mas sim o seu processo por meio da dor, do desgosto, do esforço e do sofrimento.

Por outro lado, isto é, partindo do resultado do trabalho e se distanciando por um momento da primeira interpretação etimológica, é possível identificar que o trabalho passa a ser sinônimo

de regozijo, de realização e de satisfação. Pressupondo que todo processo de trabalho, independentemente de suas especificidades histórico-sociais, tem por finalidade a produção de valores de uso, identifica-se que, além de fardo, o trabalho, neste sentido, exprime também um meio pelo qual se dá a transformação da natureza e da própria pessoa que trabalha com o intuito de suprir bens de necessidade primária, implicando na condição e, em seguida, na amplificação da sobrevivência dos seres humanos. Portanto, pode-se constatar e esclarecer a existência do primeiro par dialético do Trabalho a partir da análise de sua etimologia diante do que foi posto acima, isto é, (i) do caráter negativo por meio da etimologia e a referência ao *tripalium*, a partir do processo do trabalho e, (ii) do caráter positivo e realizador por meio do resultado útil de todo trabalho.

Ainda sobre a etimologia, faz-se necessário identificarmos os significados do Trabalho em diversas línguas ocidentais. Segundo Albornoz (1988, p. 8-9):

O grego tem uma palavra para fabricação e outra para esforço, oposto a ócio; por outro lado, também apresenta pena, que é próxima da fadiga. O latim distingue entre *laborare*, a ação de *labor*, e *operare*, o verbo que corresponde a *opus*, obra. Em francês, é possível reconhecer pelo menos a diferença entre *travailler* e *ouvrer* ou *oeuvrer*, sobrando ainda o conteúdo de *tâche*, tarefa. Assim também *laborare* e *operare* em italiano; e *trabajar* e *obrar* em espanhol. No inglês, salta aos olhos a distinção entre *labour* e *work*, como no alemão entre *Arbeit* e *Werk*. *Work*, como *Werk*, contém a ativa criação da obra, que está também em *Schaffen*, criar, enquanto em *labour* e *Arbeit* se acentuam os conteúdos de esforço e cansaço.

É possível encontrar, portanto, em tantas línguas de matrizes distintas, pelo menos duas palavras que definem Trabalho: usualmente uma remete ao Trabalho enquanto processo e, conseqüentemente, como flagelo, ao passo que a outra expressa a criação, a obra, o resultado do primeiro, o Trabalho em sua positividade como realização, como atividade eminentemente humana.

Sabe-se que, na língua portuguesa, *trabalho* aparece não apenas no sentido de técnica, mas também como produto, ou seja: *trabalho*, enquanto palavra, significa tanto o processo pelo qual se trabalha, como também aquilo que resulta de tal processo; *trabalho* é meio e fim e, portanto, sacrifício e realização, assim como o par dialético exposto. Por outro lado, o português – assim como as demais línguas apresentadas acima – possui um sinônimo ao *trabalho*: a palavra *labor*. A diferença reside ao compreender que *labor* limita-se apenas ao

processo, ao ato, não tendo o alcance que *trabalho* tem na linguagem, o qual ultrapassa o ato de trabalhar e se confunde também com resultado do trabalho a depender do contexto que a palavra é empregada.

2.2 O TRABALHO NO CRISTIANISMO: CATÓLICOS E PROTESTANTES

No que se refere à percepção do Trabalho pela ótica das religiões, aqui serão contempladas duas visões opostas de uma mesma matriz religiosa, o cristianismo: (i) o Trabalho para a tradição cristã-católica, principalmente segundo o Livro do Gênesis, na Bíblia (2015) e; (ii) o Trabalho para o cristianismo protestante, abstraindo-se algumas particularidades de cada denominação dentro do protestantismo com auxílio dos estudos de Weber (2004).

É emblemática a maneira pela qual o Trabalho é introduzido pela Bíblia Sagrada. Ainda no Velho Testamento, nos primeiros capítulos do Livro do Gênesis, após as passagens sobre a criação da Terra e de tudo que existe pelo Deus cristão, entre outras peculiaridades, é apresentado o momento que, como resposta à ingenuidade, audácia e, principalmente, desobediência da mulher (ainda sem nome) ao comer o fruto proibido, Deus condena todos os personagens envolvidos em tal façanha, configurando o Pecado Original. Entretanto, só caberá aqui compreender a intensidade das consequências e implicações do pecado para Adão, o que influenciaria a forma pela qual a categoria Trabalho é introduzida e disseminada pela tradição católica, seja no âmbito da materialidade da relação do homem com o trabalho ou como tal relação se expressa subjetivamente.

Sabe-se que antes do pecado, isto é, no Jardim do Éden, “de toda a árvore do jardim comerás livremente” (Gênesis 2:16) (BÍBLIA..., 2015) e não havia nenhuma razão nem necessidade para o trabalho árduo; tudo o que o homem precisava lhe foi concedido em abundância e variedade. Deus, portanto, providenciou tudo o que Adão necessitaria antes mesmo de criá-lo, como demonstra as passagens sobre a Semana da Criação, a qual a concepção do homem foi o ponto mais alto e o principal propósito de toda gênese. Tudo foi criado para o benefício do homem: havia alimento para sua nutrição, prazer e beleza para a contemplação, além de ocupação e companheirismo pelo meio da mulher. Contudo, havia, sim, algum trabalho segundo as Escrituras: “e tomou o Senhor Deus o homem, e o pôs no jardim do Éden para o lavrar e o guardar” (Gênesis 2:15) (BÍBLIA..., 2015). Algum trabalho, portanto, foi dado ao

homem antes do princípio do pecado, como, por exemplo, além do supracitado, o trabalho de dar nomes aos animais (Gênesis 2:19,20) (BÍBLIA..., 2015).

No entanto, assim que “viu a mulher que aquela árvore era boa para se comer, e agradável aos olhos, e árvore desejável para dar entendimento; tomou do seu fruto, e comeu, e deu também a seu marido, e ele comeu com ela” (Gênesis 3:6) (BÍBLIA..., 2015), introduz-se o pecado e Deus, onipresente, impõe diversificados fardos aos três personagens: à serpente, tornar-se-á a mais maldita das feras, rastejar-se-á “e pó comerás todos os dias da tua vida” (Gênesis 3:14) (BÍBLIA..., 2015); à mulher, tornar-se-á submissa, dominada por Adão, e terá sua dor multiplicada gradualmente, inclusive a dor do parto e; a Adão, o que nos interessa aqui, cabe a passagem na íntegra a seguir:

E a Adão disse: Porquanto deste ouvidos à voz de tua mulher, e comeste da árvore de que te ordenei, dizendo: **Não comerás dela, maldita é a terra por causa de ti; com dor comerás dela todos os dias da tua vida.** Espinhos, e cardos também, te produzirá; e comerás a erva do campo. **No suor do teu rosto comerás o teu pão,** até que te tornes à terra; porque dela foste tomado; porquanto és pó e em pó te tornarás. (Gênesis 3:17-19) (BÍBLIA..., 2015). (grifo nosso).

Deve-se ressaltar que Deus supriu todas as necessidades e desejos de Adão e a única restrição a ele imposta não o deixaria, de maneira alguma, com qualquer necessidade, além de que ele não foi enganado, mas pecou com toda consciência e conhecimento daquilo que estava fazendo. Como não há como conceber nenhuma desculpa para o pecado de Adão, a sentença foi proferida e ele perdeu a habilidade e o domínio total sobre a terra que tinha outrora. Agora, pois, após o pecado e a expulsão do paraíso edênico, a humanidade deve se adaptar à terra maldita e insalubre em oposição àquela; parte da natureza está fora do controle e domínio da humanidade. A agricultura, por exemplo, tornou-se uma batalha contra a Natureza em meio às secas, tempestades devastadoras, pragas, pestes, ervas daninhas, entre outros, que destroem todo esforço dedicado às plantações, além de animais predadores e plantas e insetos perigosos. Neste sentido, o trabalho, enquanto ato, tornou-se fardo que não cessa enquanto o homem buscar a sobrevivência mundana.

Percebe-se, aqui, que o trabalho passa de aparentemente inexistente e inconcebível para uma condição de existência e de sobrevivência da humanidade, agora banida do Jardim do Éden. O trabalho tornou-se sinônimo de ação cansativa, penosa, sacrifício imprescindível à

sobrevivência, devendo-se frisar que simplesmente trabalhar para sobreviver exige das pessoas labutar intensa e incansavelmente em meio às adversidades com o propósito evidente e singelo de manter-se de pé. Portanto, o trabalho que aparece aqui como consequência do pecado servirá como educador e disciplinador do pecador, caracterizando um novo sentido ao Trabalho.

Quanto à terra, supostamente submissa e concebida para o uso do homem – na agricultura, criação de animais, medicina, química, entre outros –, ela passa a ser compreendida como cenário maldito que a humanidade terá que enfrentar para resistir, reexistir e pagar, como legítimos filhos de Adão, seus pecados concebidos *a priori*.

Condenar a humanidade ao trabalho significa, portanto, não apenas excluir qualquer possibilidade de a mesma permanecer ociosa, ao “Deus dará”, mas, inclusive, torna viável toda eventualidade característica da concretude da vida terrena, seja benéfica ou não; restando às pessoas a tentativa de compreender os fenômenos e a atuar racionalmente ou não de acordo com a necessidade que cada circunstância impõe. Em suma, sem grande esforço é possível compreender que aqui o Trabalho denota, principalmente, a negação da remota zona de conforto edênica, implicando em incômodo, mal-estar, sacrifício, isto é, o Trabalho em seu sentido negativo primário que remete à odisseia humana na Terra, se adaptando, resistindo e manipulando-a onde se torna possível.

Há também outras passagens da Bíblia que sugerem a perspectiva negativa do Trabalho. Sabe-se que o Livro de Eclesiastes, no Velho Testamento, é bastante distinto de todos os outros que compõem a Bíblia Sagrada por construir uma reflexão – às vezes implícita, às vezes explicitamente – acerca de problemas existenciais que se relacionam com as condições objetivas dos homens a partir do Trabalho. Tais palavras, portanto, far-se-ão presentes pela relevância no que tange à subjetividade da pessoa que trabalha que, no caso, é o popular personagem Salomão:

E olhei eu para todas as obras que fizeram as minhas mãos, como também para o trabalho que eu, trabalhando, tinha feito, e eis que **tudo era vaidade e aflição de espírito, e que proveito nenhum havia debaixo do sol.** (Eclesiastes 2:11) (...) Porque, que mais tem o homem de todo o seu trabalho, e da aflição do seu coração, em que ele anda trabalhando debaixo do sol? Porque todos os seus dias são dores, e a sua ocupação é aflição; até

de noite não descansa o seu coração; também isto é vaidade. (Eclesiastes 2:22,23) (BÍBLIA..., 2015). (grifo nosso).

É notável que Salomão, antes considerado um homem bem sucedido, próspero, talvez o homem mais feliz e poderoso da Terra como o próprio Deus disse a ele que “antes de ti igual não houve, e depois de ti igual não se levantará” (1 Reis 3:12) (BÍBLIA..., 2015), tornou-se crítico de seu próprio trabalho, tanto enquanto processo quanto produto, que o mesmo enxergava com extrema idolatria. Salomão compreendeu que todo seu trabalho materializado em riquezas não lhe proporcionou nada além de “vaidade e aflição de espírito”, isto é, um vazio incessante e integral. Mesmo com todo esforço dedicado ao trabalho, não há nada de sólido nesta vontade de ser mais e, portanto, não ficaria a cargo do trabalho a elevação sacramentada do homem, mas, sim, apenas por meio da obediência incondicional do homem que teme a Deus.

Sob o ponto de vista cristão-católico, conclui-se, entre outras coisas, que o elogio exacerbado às virtudes das pessoas humildes em detrimento ao apego extremado ao trabalho das pessoas ricas e prósperas como Salomão tem como fundamento a veneração, obediência e temor a Deus, na medida em que os ricos tenderiam ao esquecimento dos ensinamentos em função da adoração ao trabalho e à riqueza. É notável, portanto, a passividade pela qual o catolicismo enxerga a pessoa que trabalha e o trabalho – primeiro como penalidade, depois como instrumento de dominação –, submetendo tanto a pessoa como o processo e o resultado do trabalho à resignação a Deus, árbitro da vida em detrimento da vontade humana, como sugere:

Olhai para as aves do céu, que nem semeiam, nem segam, nem ajuntam em celeiros; e vosso Pai celestial as alimenta. Não tendes vós muito mais valor do que elas? (Mateus 6:26) (BÍBLIA..., 2015).

Não andeis, pois, inquietos, dizendo: Que comer, ou que beber, ou com que nos vestir? Porque todas estas coisas os gentios procuram. Decerto vosso Pai celestial bem sabe que necessitais de todas estas coisas; **Mas, buscai primeiro o reino de Deus, e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas.** (Mateus 6:31-33) (BÍBLIA..., 2015). (grifo nosso).

Por outro lado, identifica-se que, quando é possível compreender certa exaltação e consagração do Trabalho no catolicismo, sua finalidade é bastante peculiar: procura-se, fundamentalmente, disciplinar e ocupar as pessoas, o que, neste sentido, contribuirá para a

resignação e a restauração da pureza cristã na alma frente às tentações da carne, pois é evidente que todo ócio é avesso ao espírito. Como foi ilustrado por Carmo (2005, p. 33), “o corpo, origem de todo pecado, deve permanecer ocupado para afastar-se das tentações diabólicas”. A implicação disto remete à obrigação do trabalho para todos os cristãos como meio para impedir a proliferação do pecado, ocupando e preenchendo a carne e o espírito.

Para elucidar, Carmo (2005, p. 34-35) traz um pouco da noção de Trabalho para São Tomás de Aquino que:

[...] via no trabalho uma atividade imprescindível somente para suprir as necessidades humanas, pois, havendo condições de subsistência, o homem não teria a obrigação de trabalhar. Influenciada pelos ideais do mundo grego, essa desobrigação do trabalho mostra ainda a superioridade da vida contemplativa, agora vinculada à aproximação de Deus. Do ponto de vista econômico, advertia-se para o perigo de o homem “ambicionar voos mais altos”.

Observa-se que o Trabalho, aqui, detém certa naturalidade, principalmente o trabalho manual que deixa de ter um caráter exclusivamente negativo para se tornar a expressão de um projeto divino no qual submete a razão pela qual se trabalha às exigências das diretrizes sacramentadas, ou seja, valoriza-se o trabalho enquanto meio de alcançar as graças de Deus e, não enquanto fim em si mesmo, seja no processo ou no resultado do trabalho. Enquanto a vida ativa, transfigurada em Trabalho que tem a potência de satisfazer tanto as necessidades próprias como as de outrem, auxiliar na dominação e subordinação das tentações, das paixões inferiores, está instaurada a condição que promoverá a elevação espiritual. Percebe-se, aqui, certa transição na interpretação cristã-católica acerca do trabalho, aproximando-se da ótica protestante que será abordada em seguida.

No que se refere à condição social, econômica e política que tal visão legítima, é completamente aceitável a condição “natural” conforme uma suposta escolha divina *a priori*, na qual a riqueza e a pobreza são definidas previamente por Deus, justificando qualquer discrepância entre os extremos. O trabalho não se apresenta aqui como condição suficiente para o desenvolvimento e evolução das condições materiais de existência pelo fato de que os estamentos estão tão bem fundamentados – tornaram-se imutáveis por séculos – que cabe apenas a busca incondicional da realização espiritual, na qual o pobre alcançará a plenitude da

vida no Reino dos Céus. Trabalhar, portanto, limita-se apenas à satisfação de necessidades elementares.

Ainda sob o ponto de vista cristão, o qual contempla tanto o trabalho como processo quanto como resultado, a concepção protestante apresenta uma perspectiva mais positiva e emancipadora do Trabalho em comparação à tradição católica.

Apesar de o catolicismo e o protestantismo se fundarem nos ensinamentos da Bíblia Sagrada, ambos têm interpretações bastante diferentes, em alguma medida opostas, no que se refere ao Trabalho. É apenas por meio da Reforma Protestante que o trabalho – a princípio qualquer trabalho digno e honesto – adquirirá genuinamente um valor admirável a ponto de proporcionar mudanças radicais na materialidade e, principalmente, na subjetividade. Para tanto, considero imprescindível uma breve análise de alguns pontos relevantes levantados por Weber (2004) no que tange ao Trabalho segundo as vertentes protestantes, compreendidas aqui de forma genérica e, onde se fizer necessário, particularmente.

De forma sintética, a evolução da forma como é compreendido o Trabalho dentro da própria perspectiva católica reside fundamentalmente no fato de (i) valorizar o trabalho manual ao passo que serve a Deus, (ii) o trabalho aparecer como oposição ao ócio e à calma e (iii) considerar que todas as pessoas devem trabalhar. Entretanto, com o advento da Reforma no século XVI, há uma inflexão radical e sem precedentes no conjunto das ideias que promoveram o reconhecimento e valorização do trabalho. Foi a partir deste movimento que o trabalho excedeu a materialidade e alcançou uma percepção espiritual bastante embasada, tanto nas Escrituras quanto nas concepções advindas de disputas políticas dentro e fora da Igreja, as quais implicaram no aparecimento de uma espécie de ética profissional. Compreender-se-á, em seguida, os resultados da Reforma Protestante que concerne ao Trabalho de acordo com as influências das reflexões e práticas luteranas e calvinistas, complementando com as possíveis relações entre a famigerada ascese intramundana característica do protestantismo e o Trabalho.

Martinho Lutero, um dos protagonistas da Reforma, afirmava que Deus tinha uma missão para cada cristão em forma de vocação, ou *Beruf*. Foi com a concepção de uma “ética profissional” resultante da vocação que possibilitou veementemente o reconhecimento e valorização das profissões mundanas. Lutero expandiu, portanto, a valorização do trabalho

para todas aquelas profissões que sejam lícitas, sendo esta a primeira condição para serem bem vistas e acolhidas por Deus. Entretanto, uma maior gama de profissões não significou autonomia individual no que tange à escolha da profissão; inclusive, Lutero estabelecia a necessidade do cumprimento daqueles deveres dados por Deus *a priori* que, como coloca Weber (2004, p. 72), “teve por consequência inevitável a representação de uma significação religiosa do trabalho mundano de todo dia”. Neste sentido, as considerações luteranas acerca da vocação implicam, fundamentalmente, na passividade da pessoa que trabalha, certamente circunscrita às arbitrariedades de Deus na medida em que cabe apenas a Ele a determinação do trabalho de cada um, culminando:

[...] [n]uma tendência tradicionalista correspondente à ideia de “destinação”: o indivíduo deve *permanecer* fundamentalmente na profissão e no estamento em que Deus o colocou e manter sua ambição terrena dentro dos limites dessa posição na vida que lhe foi dada. (WEBER, 2004, p. 77).

Este desígnio de Deus, no intuito de as pessoas não terem liberdade de escolha de sua profissão, pode ser considerado um avanço em comparação à perspectiva católica pelo fato de introduzir a compreensão positiva do trabalho como uma dádiva: “e também que todo o homem coma e beba, e goze do bem de todo o seu trabalho; isto é um dom de Deus” (Eclesiastes 3:13) (BÍBLIA..., 2015). A fé seria realizada, portanto, pelo trabalho transfigurado naquela profissão a qual cada um tem por vocação. Entretanto, tal decreto divino exprime, em última instância, a aceitação e manutenção da condição na qual cada indivíduo se encontra, impedindo a superação dos estamentos e a contemplação integral do trabalho em seu processo e resultado.

Ao contrário de Smith (1983), para Lutero o trabalho mundano era efetivado em função do amor ao próximo em detrimento da busca por benefícios individuais, do egoísmo de cada pessoa que, para o economista, culminaria no bem-estar de toda a sociedade. Assim, embora desejado e cedido aos homens por Deus, o Trabalho em Lutero não corresponde à perspectiva de trabalho como um fim em si mesmo, numa importância econômica; seria, portanto, tão natural, indiferente e trivial quanto se alimentar. Percebe-se, à vista disto, que Lutero possui uma concepção de Trabalho ainda bastante tradicional, apesar de avanços relevantes como a obrigação moral do trabalho para todos e certa superação do sentido negativo do Trabalho como fardo tão fundamentada pelo catolicismo.

Enquanto Lutero permanecia enraizado no tradicionalismo, João Calvino, de forma incisiva, iniciou uma nova fase da Reforma Protestante dada sua percepção acerca de Deus, do Trabalho e do ócio. Não seria exagero afirmar que só a partir de Calvino que se constitui efetivamente uma ética profissional, a qual seria revisitada por tantos movimentos e ramos do protestantismo durante os séculos, inclusive atuando junto às noções laicas de Trabalho até a contemporaneidade.

Para Calvino, Deus é eminentemente um trabalhador que não cessa. Além de ter feito tudo o que existe – e já existiu – de acordo com as Escrituras, o Deus do ponto de vista calvinista continua trabalhando em função das suas criaturas: “se o SENHOR não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam; se o SENHOR não guardar a cidade, em vão vigia a sentinela” (Salmos 127:1) (BÍBLIA..., 2015). Deus, aqui, assume características laborativas no intuito de aproximar-se da pessoa que trabalha e, por outro lado, a pessoa que trabalha aproxima-se de Deus por meio do Trabalho. Todo trabalho que outrora se confundiu com sofrimento, com fardo e tortura, para Calvino fora libertado por Jesus Cristo; inclusive o Filho de Deus teria sido trabalhador braçal em vida. Neste sentido, assim como Deus e seu Filho, todos os cristãos devem trabalhar, sem exceção, pois “dentre todas as coisas deste mundo, o trabalhador é o mais semelhante a Deus” (WILLAIME, 2005, p. 70).

A obrigação do trabalho sem distinção de hierarquia e de profissão, característica peculiar do calvinismo, traz como fundamento diversas passagens bíblicas que conotam uma espécie de gratificação do esforço incondicional do trabalhador que busca, por meio dos produtos do seu trabalho, contribuir para a graça de Deus:

Dá-lhes segundo as suas obras e segundo a malícia dos seus esforços; **dá-lhes conforme a obra das suas mãos**; torna-lhes a sua recompensa. (Salmos 28:4) (BÍBLIA..., 2015). (grifo nosso).

Ordenas a escuridão, e faz-se noite, na qual saem todos os animais da selva. Os leõezinhos bramam pela presa, e de Deus buscam o seu sustento. Nasce o sol e logo se acolhem, e se deitam nos seus covis. **Então sai o homem à sua obra e ao seu trabalho, até à tarde**. (Salmos 104:20-23) (BÍBLIA..., 2015). (grifo nosso).

Aparentemente, haveria certa reciprocidade entre o trabalhador e Deus por meio do trabalho como uma espécie de contrato, o qual cada parte deve manter-se fiel às respectivas

diligências. Na realidade, não é possível racionalizar as ações de Deus para colher resultados, isto é, há intrinsecamente um mistério em Deus que não cabe às pessoas criarem expectativas: “Ele concede ou nega misericórdia como bem Lhe apraz”, de acordo com Weber (2004, p. 92). Isto significa que Deus possui a responsabilidade integral da salvação ao fixar previamente o destino de cada indivíduo, não havendo nenhuma possibilidade de os indivíduos, por meio de boas obras mesmo em nome de Deus, mudar sua sorte, pois, enquanto uma parte da humanidade foi escolhida, a outra está condenada. Não é possível, portanto, que em vida seja desvendado o mistério da salvação e, à vista disso, só resta às pessoas que trabalhem e façam boas obras sistematicamente para aumentar a glória de Deus na Terra. Como Weber (2004, p.104) ilustra, “elas [as obras] são o meio técnico, não de comprar a bem-aventurança mas sim: de perder o medo de não tê-la”.

Apesar da chamada “doutrina da predestinação”, o Trabalho sob a ótica calvinista detém uma positividade sem precedentes tendo em vista a autonomia relativa que cada indivíduo possui para decidir sua profissão. Entretanto, a mudança da vocação para o trabalho está em função de alcançar fundamentalmente melhores glórias a Deus e, como consequência, melhores condições de vida. O trabalho em conjunto com a ascese intramundana são sinônimos de passagem para uma condição de vida superior tanto materialmente quanto espiritualmente.

Busca-se, portanto, a realização material, subjetiva e espiritual por meio da profissão que lhe apraz e aumenta a graça divina, sendo que aquele trabalho que se relaciona e corresponde à divindade é ainda mais querido. Por outro lado, o consentimento de Deus perante o processo e o resultado do trabalho mundano é imprescindível na medida em que “para Calvino, não é Deus que existe para os seres humanos, mas os seres humanos que existem para Deus, e todo acontecimento”, como afirma Weber (2004, p. 94). A habilitação e aprovação do trabalho por Deus não impede a autonomia dos seres humanos, entretanto indica a necessidade de não se distanciar da divindade, como sugere:

Inclinai os ouvidos, e ouvi a minha voz; atendei bem e ouvi o meu discurso. Porventura lavra todo o dia o lavrador, para semear? Ou abre e desterroa todo o dia a sua terra? Não é antes assim: quando já tem nivelado a sua superfície, então espalha nela ervilhaca, e semeia cominho; ou lança nela do melhor trigo, ou cevada escolhida, ou centeio, cada qual no seu lugar? **O seu Deus o ensina, e o instrui acerca do que há de fazer.** Porque a ervilhaca não se trilha com trilho, nem sobre o cominho passa roda de carro; mas com uma vara se sacode a ervilhaca, e o cominho com um pau. O trigo é esmiuçado, mas não se trilha continuamente, nem se esmiúça com as rodas

do seu carro, nem se quebra com os seus cavaleiros. **Até isto procede do Senhor dos Exércitos; porque é maravilhoso em conselho e grande em obra.** (Isaiás 28:23-29) (BÍBLIA..., 2015). (grifo nosso).

Tanto recompensa espiritual e material, quanto a noção de relativa reciprocidade entre homens e Deus estão presentes em Mateus 19:29 (BÍBLIA..., 2015), quando o Senhor decreta que “todo aquele que tiver deixado casas, ou irmãos, ou irmãs, ou pai, ou mãe, ou mulher, ou filhos, ou terras, por amor de meu nome, receberá cem vezes tanto, e herdará a vida eterna.”

No que tange ao ócio, à preguiça, à indolência, à procrastinação, em suma, à negação do trabalho e, sem embargo, da ética profissional, a crítica calvinista tende a radicalizar e apontá-la como pecado. Não trabalhar significa não prestar contas com Deus, não promover a glória de Deus na Terra e, portanto, transgride o decreto divino da vocação, mesmo que tal vocação possa ser eventualmente mudada em função da superação material e espiritual. A vocação pressupõe alguma atividade – produção de determinado resultado que beneficia a sociedade e Deus – e não o repouso. Tal concepção se aplica a toda humanidade indiscriminadamente e compromete o antigo estabelecimento do ócio como imprescindível, principalmente no auxílio da intelectualidade, cuja legitimidade era bastante sustentada pela tradição cristã-católica.

É neste sentido que, em algumas passagens bíblicas, aparecem trechos que remontam a imprescindibilidade do trabalho, seja como condição de existência ou como amplificação da sobrevivência humana na Terra: em 1 Tessalonicenses 4:11 (BÍBLIA..., 2015), Deus decreta que “procureis viver quietos, e tratar dos vossos próprios negócios, e trabalhar com vossas próprias mãos, como já vo-lo te mandado”, assim como em 1 Timóteo 5:8 (BÍBLIA..., 2015): “se alguém não cuida dos seus, e especialmente dos da sua família, tem negado a fé, e é pior que um incrédulo”. Dentre todas as passagens que reafirmam o protagonismo da humanidade na definição de seu próprio destino por meio do trabalho, ressaltando sempre a necessidade do aval divino, segue abaixo aquela que mais se destaca:

Porque, quando ainda estávamos convosco, vos mandamos isto, que, se alguém não quiser trabalhar, não coma também. Porquanto ouvimos que alguns entre vós andam desordenadamente, não trabalhando, antes fazendo coisas vãs. A esses tais, porém, mandamos, e exortamos por nosso Senhor Jesus Cristo, que, **trabalhando com sossego, comam o seu próprio pão.** (2 Tessalonicenses 3:10-12) (BÍBLIA..., 2015). (grifo nosso).

É notável a valorização da ação humana característica do protestantismo que culmina no reconhecimento integral da importância do Trabalho. Percebe-se que, apesar de a humanidade estar condenada eternamente ao trabalho em função do Pecado Original, os protestantes foram capazes de reverter o ideário de negação do Trabalho que se manteve mais ou menos intenso a depender do momento histórico. A defesa incondicional do Trabalho e do indivíduo que trabalha chegou a tal ponto que trabalhar tornou-se um fim em si mesmo, entretanto não eliminando a íntima relação com Deus.

2.3 TRABALHO E RIQUEZA NO PENSAMENTO ECONÔMICO CLÁSSICO

Nesta seção, será introduzido o pensamento econômico acerca do Trabalho e sua relação com a riqueza tomando como ponto de partida a história dos principais expoentes das escolas fisiocrata e clássica. Para tanto, desde já, vale enfatizar que tais escolas, assim como todas as outras, devem ser compreendidas à luz das especificidades históricas e sociais que os pensadores estavam inseridos para que seja possível identificar as devidas contribuições ao desenvolvimento do pensamento econômico e, conseqüentemente, do nosso objeto de estudo sob tal perspectiva.

É oportuno iniciar destacando que não há um conceito de Trabalho até aqui. As escolas limitar-se-ão à perspectiva econômica e, em alguns casos, sociais do Trabalho. Os processos de trabalho e os produtos aparecem nestas escolas com demasiada naturalidade. Portanto, não há questionamento acerca da gênese e formação do Trabalho – e do trabalhador – em si, mas apenas das conseqüências imediatas ou em longo prazo do processo de trabalho e, principalmente, do seu produto.

Dito isto, deve-se iniciar os estudos do Trabalho na perspectiva fisiocrata antecipando seu contexto histórico e social: datado da segunda metade do século XVIII, numa França absolutista e monárquica, cuja estrutura econômica era predominantemente agrícola, os fisiocratas desenvolveram teorias abrangentes e unificadoras do sistema econômico como um todo que supostamente caberia a toda e qualquer economia nacional. Defensores e reformadores do *ancien régime* numa perspectiva monarquista constitucionalista, os fisiocratas buscavam esclarecer ao monarca a imprescindibilidade deste identificar os

princípios divinos da organização humana e, conseqüentemente, criar o ambiente econômico ideal para que a sociedade seguisse a tendência das leis naturais.

O principal expoente da escola fisiocrata, Quesnay (1983), procurou contemplar o estudo econômico numa perspectiva global a partir de seu *Tableau Économique des Physiocrates*, publicado em 1758. Como sugere Napoleoni (1983, p. 22), Quesnay, médico por profissão e muito influenciado pelo iluminismo, tinha em mente o funcionamento e fisiologia do sistema econômico como semelhante ao sistema de circulação sanguínea e à mecânica newtoniana. Enxergava, portanto, uma espécie de “ordem natural” que geria a sociedade e a economia a partir de leis de funcionamento geral e “necessárias apenas na medida em que as atividades econômicas dos homens sejam reduzidas e integradas à unidade através de um processo que somente a troca pode realizar”, segundo Napoleoni (1983, p. 23). Apesar de os fisiocratas apoiarem-se na naturalidade do sistema de troca através do mercado e em leis econômicas objetivas, racionalmente conhecidas, que funcionavam independentemente da vontade do homem, é a partir da divisão da sociedade em três classes – proprietária, produtiva e estéril – e seus respectivos papéis na economia que a própria troca tornar-se-á a ação fundamental e motora do sistema econômico de acordo com uma ordem natural preestabelecida.

No que tange ao Trabalho e, conseqüentemente, às classes de acordo com Quesnay, abordar-se-á apenas duas delas que contemplam o entendimento fisiocrata acerca do nosso objeto; a classe dos proprietários de terra, por ser rentista e, portanto, não trabalhar, não será abordada aqui, apesar de ser imprescindível para a análise fisiocrata. Dito isto, Quesnay (1983 p. 257) identifica duas classes trabalhadoras: (i) a *produtiva* e (ii) a *estéril*. Por produtiva entende-se aquela “que faz renascer, pelo cultivo do território, as riquezas anuais da nação”, sendo composta por “todos os trabalhos e despesas feitas na agricultura, até a venda dos produtos em primeira mão”. Já a classe estéril “é formada por todos os cidadãos ocupados em outros serviços e trabalhos que não a agricultura”.

A diferença fundamental entre os dois tipos de trabalho ultrapassa a simples característica de trabalhar na agricultura ou não. O que está posto, na concepção fisiocrata, é o fato de existir apenas na produção agrícola a possibilidade de produzir excedente – “aquela parte da riqueza produzida que excede a riqueza consumida ao longo do processo produtivo”, afirma Napoleoni (1983, p. 26). Isto significa que apenas o trabalho dedicado à agricultura tem a capacidade de extrair e multiplicar riqueza, sendo, portanto, “produtivo”, enquanto que os

outros trabalhos para além da agricultura seriam “improdutivos” por produzirem de acordo com o que consomem ou, por outro lado, como quando “o artesão despende em subsistência o que produziu por seu trabalho” (QUESNAY, 1983, p. 333).

Considerada precursora no âmbito da economia, a ótica fisiocrata do excedente conduz à compreensão de que é apenas por meio de uma verificação empírica, física e tangível que é possível validar o caráter produtivo ou não de um trabalho. É também neste sentido que considera-se apenas o trabalho agrícola como produtivo, pois é capaz de produzir grandes quantidades de bens (de raiz) com baixíssimo consumo de insumos normalmente encontrados na própria natureza, como sementes, adubo, fertilizantes e água. Inversamente, o trabalho industrial consome grande quantidade de matérias-primas diversificadas, trabalhadas previamente ou não, para produzir um bem final, cujo valor produzido foi consumido durante o processo, supostamente não restando qualquer excedente. Por via empírica, observa-se, na agricultura, a multiplicação de bens em dimensões exponenciais, implicando num excedente tangível.

Neste sentido, para os fisiocratas, a terra é a única e verdadeira fonte de riqueza. Não é o homem por meio de seu trabalho na terra que cria o produto líquido, mas sim a natureza vista como elemento superior, independente e determinante no processo produtivo na medida em que a fertilidade natural do solo seria uma exclusividade, um dom de Deus. O trabalho é “produtivo” em função da capacidade (re)produtiva da terra; não tem relação com o processo de trabalho em si: é a terra que torna o trabalho “produtivo”, não o contrário, pois a terra é, por si só, produtiva, enquanto este trabalho depende dos meios pelos quais – a terra – se realiza.

Portanto, restaria ao homem apenas a capacidade de utilizá-la racionalmente para extrair a maior quantidade de riqueza possível de acordo com suas técnicas. Não seria possível ao homem superar tal condição, haja vista a ordem natural predefinida e racionalizada que, por um lado, toda riqueza provém da terra e, por outro, a atividade produtiva humana não seria o meio pelo qual a humanidade desenvolver-se-ia. O trabalho proveniente da classe produtiva seria apenas um fator secundário na ordem natural, limitado à exploração e extração da fonte real de riqueza: a terra.

Contemporâneo aos fisiocratas e à ruptura causada pela Revolução Industrial particularmente na Inglaterra, Adam Smith (1983) consagrou-se como grande intelectual desde a publicação de *Teoria dos Sentimentos Morais*, entretanto foi somente em sua obra magna, *A Riqueza das Nações*, que as bases da economia moderna foram estabelecidas e o pensador escocês foi reconhecido como o seu fundador. Diante dos fisiocratas, Smith foi capaz de dar um imenso salto qualitativo na discussão sobre o Trabalho e sua relação com produção de riqueza e, conseqüentemente, do bem-estar social. De antemão, diferentemente da concepção mercantilista de riqueza que remete à acumulação de metais preciosos por meio de um superávit comercial, Smith (1983, p. 63) concebe a riqueza, inicialmente, como uma amálgama de bens disponíveis na sociedade e, neste sentido, “todo homem é rico ou pobre, de acordo com o grau em que consegue desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida”. A ampliação do conceito de riqueza expressa a eminência do pensamento smithiano diante de seus antecessores mercantilistas e fisiocratas, ambos restritos às insuficientes noções de riqueza. Dito isto, será apresentado adiante as principais contribuições de Adam Smith sobre o Trabalho.

Enquanto os fisiocratas não admitem a possibilidade de produto líquido fora da agricultura, afirmando que a produtividade está em função da terra e não do trabalho, Smith (1983, p. 35) não apenas inclui a capacidade de criar excedente aos trabalhos para além da agricultura, como também identifica, ainda na introdução de sua obra magna, que “o trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente”. Tal seria a base pela qual o pensador escocês esboçará sua teoria do valor-trabalho no decorrer do livro, mesmo que de maneira não sistemática e, às vezes, despretensiosa. Até aqui basta o reconhecimento de que Smith enxerga no Trabalho o fundamento da riqueza da humanidade graças à sua faculdade de proporcionar os bens que necessitamos; de outra forma, o trabalho produz valores de uso, isto é, riqueza. Portanto, é por meio do trabalho que homem passa a ser o senhor do seu destino.

No interior da relação entre o trabalho e a riqueza, a divisão do trabalho – técnica ou social – é apresentada como o principal fator de desenvolvimento da produtividade do trabalho na produção de riquezas e, conseqüentemente, na promoção do progressivo bem-estar da humanidade. Segundo Smith (1983, p. 43-45), a divisão do trabalho traz benefícios imprescindíveis para o aumento da produtividade como (i) aperfeiçoar a destreza do trabalhador em função deste se dedicar a apenas uma atividade específica dentro de um

processo maior e mais complexo; (ii) a economia de tempo, isto é, a eliminação da inconveniência de, ao finalizar determinada função, passar para outro trabalho cujos instrumentos e técnicas podem ser diferentes do primeiro e; (iii) o progresso técnico com a invenção de máquinas que executem determinada função de maneira mais eficiente e menos custosa, as quais são frutos da divisão do trabalho na medida em que esta possibilita que a especificidade de cada função abra espaço para a descoberta de melhores métodos de execução. Smith (1983, p. 45) declara, portanto, que é em função da divisão do trabalho que “cada indivíduo torna-se mais hábil em seu setor específico, o volume de trabalho produzido é maior, aumentando também consideravelmente o cabedal científico”.

Compreende-se que, em última instância, a divisão do trabalho desenvolve exponencialmente as forças produtivas do trabalho, implicando não apenas no aumento da riqueza, mas, sobretudo na complexificação desta:

Se examinarmos todas essas coisas e considerarmos a grande variedade de trabalhos empregados em cada uma dessas utilidades, perceber que **sem a ajuda e cooperação de muitos milhares não seria possível prover às necessidades**, nem mesmo de uma pessoa de classe mais baixa de um país civilizado, por mais que imaginemos – erroneamente – é muito pouco e muito simples aquilo de que tais pessoas necessitam. (SMITH, 1983, p. 46-47). (grifo nosso).

Para Smith, a divisão do trabalho seria ela mesma produto de uma propensão natural dos seres humanos à troca. Justamente pela impossibilidade de produzir todos os bens necessários à subsistência humana, inclusive pela indisponibilidade de tempo por ter que cumprir com outras responsabilidades que são, muitas vezes, inalienáveis, os homens necessitam do produto do trabalho de outros homens para que possa dedicar-se ao seu. A divisão do trabalho aparece inicialmente como fruto da necessidade de intercambiar – mesmo que aparentemente seja involuntária – por meio de uma divisão do trabalho por gênero, na qual o homem normalmente aparece como o provedor de alimentos, enquanto a mulher possui a responsabilidade de zelar pelo lar e por seus descendentes. Neste sentido, a partir dos escritos de Smith, verifica-se que a divisão do trabalho é tanto mais aprimorada quanto mais desenvolvida for a sociedade e, de maneira recíproca, a complexidade da sociedade e das relações sociais mantém uma intrínseca associação com o desenvolvimento da divisão do trabalho. Nas palavras de Smith (1983, p. 53), “como é o poder de troca que leva à divisão do trabalho, assim a extensão dessa divisão deve sempre ser limitada pela extensão desse poder,

ou, em outros termos, pela extensão do mercado”, impactando, portanto, na sociedade como um todo.

A troca é apresentada como ação eminente e exclusivamente humana. Assim, a troca pressupõe, no mínimo, dois objetos e dois sujeitos os quais ambos estão de acordo à permutação desde que haja, em alguma medida, mutualidade dos interesses. Por não ser possível o ser humano ser autossuficiente tanto da natureza quanto da própria sociedade a qual está inserido – justamente pelo fato de este ser não conseguir produzir individualmente todos os seus próprios meios mínimos de subsistência –, resta, na relação com outros homens, buscar o que necessita na medida em que este sujeito possua algo a oferecer em troca. Para tanto, compreende-se que o sujeito que produz determinado bem necessário à sua subsistência – ou produz algo que tem outras utilidades que não a sobrevivência física – e necessita de outros bens os quais não é possível produzi-los, vai empenhar-se para produzir uma quantidade que exceda o consumo pessoal e de sua família para que esteja disponível à troca por outros produtos de outros trabalhos também excedidos visando a mesma finalidade: a troca. Contraditoriamente, cada sujeito, por sua incapacidade, sente-se estimulado a dedicar-se quase que exclusivamente a uma ocupação – dependendo do grau de desenvolvimento da divisão do trabalho – para que seja possível produzir a maior quantidade de excedente visando a troca por outros bens. Logo, é evidente que a pessoa que trabalha vai procurar se aperfeiçoar e aprimorar suas técnicas visando maior produtividade e, conseqüentemente, excedente. Incisivamente, Smith (1983, p. 50) destaca que:

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua autoestima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles.

Por outro lado, a divisão do trabalho não deve ser enxergada como algo tão naturalizado como a troca, pois, na medida em que o trabalho social e as técnicas são fracionados entre os homens, há ou não a possibilidade concreta de tornar-se especializado em uma ou outra atividade de acordo com as condições históricas e sociais. Smith compreende que, além do dom ou do talento para certo tipo de trabalho, sobrepõem-se o hábito e a formação que possibilitam o aperfeiçoamento de determinada ocupação em detrimento de outra.

Sem embargo, considera-se que a grande contribuição de Smith ao estudo do Trabalho remete à avançada compreensão acerca de relação com a riqueza. Como foi apresentado aqui, Smith inaugura a percepção de que riqueza diz respeito aos bens necessários, aos valores de uso. Admitindo que não haja nenhuma forma de produção de valores de uso sem trabalho, a riqueza é, portanto, produto do trabalho. Essa primeira perspectiva é subsumida na medida em que são estabelecidas novas premissas acerca da troca e, por conseguinte, da divisão do trabalho que terminam por precisar a insuperável interdependência dos homens entre si: a relação indivíduo e sociedade.

Inicialmente, o sujeito trabalha com a finalidade de produzir para seu consumo próprio ao mesmo tempo em que identifica que não consegue produzir tudo aquilo que necessita, e vê como alternativa a produção de riqueza excedente para que esteja disponível para troca. Na prática, dá-se a troca de valores de uso produzidos, normalmente mediado por uma moeda. Na essência, observa-se que a troca é de um trabalho por outro trabalho, ou melhor, constata-se a riqueza como o meio pelo qual o possuidor desta possui a capacidade ou o poder de comandar determinada quantidade de trabalho alheio, seja em forma de atividade laboral – a compra de força de trabalho –, seja na forma de produto disponível no mercado. Em alguma medida, os seres humanos teriam a alternativa de buscar a satisfação de suas necessidades por meio da relação com outros indivíduos ao comprar uma parcela de seu trabalho materializado num determinado bem que os primeiros não tiveram capacidade de produzir. Aqui, do ponto mais alto da contribuição smithiana, pode-se enxergar que a noção de riqueza também se complexifica, agora entendida não apenas como uma amálgama de bens, mas, acima de tudo, como uma relação social de dominação indissociável da condição humana:

É a grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios – multiplicação essa decorrente da divisão do trabalho – que gera, em uma sociedade bem dirigida, aquela riqueza universal que se estende até as camadas mais baixas do povo. Cada trabalhador tem para vender uma grande quantidade do seu próprio trabalho, além daquela de que ele mesmo necessita; e pelo fato de todos os outros trabalhadores estarem exatamente na mesma situação, pode ele trocar grande parte de seus próprios bens por uma grande quantidade, ou – o que é a mesma coisa – pelo preço de grande quantidade de bens desses outros. **Fornece-lhes em abundância aquilo de que carecem, e estes, por sua vez, com a mesma abundância, lhe fornecem aquilo de que ele necessita**; assim é que em todas as camadas da sociedade se difunde uma abundância geral de bens. (SMITH, 1983, p. 45-46). (grifo nosso).

Smith não apenas esclareceu parte fundamental da relação entre trabalho e riqueza, mas principalmente esboçou o discernimento de que a riqueza remete à capacidade de dominar e comandar o trabalho alheio. Quanto mais um indivíduo puder controlar certa quantidade de trabalho alheio, ou puder adquirir determinada quantidade de bens disponíveis no mercado, tanto mais rico será.

Diante disto, emerge a problemática da mensuração da riqueza, pois, se “o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias” (SMITH, 1983, p. 63), questiona-se como é possível comparar duas mercadorias diferentes cujos trabalhos necessários são igualmente diferentes, ao passo que o intercâmbio concreto entre elas não respeita as proporções de trabalho objetivadas.

Mesmo sendo a medida real do valor, o trabalho não é pragmaticamente a unidade de medida do valor, ou do preço; evidenciando a perspectiva quantitativista do valor em Smith, como demonstra Santos (2013). Haveria, portanto, dois preços: o real e o nominal, cujos fundamentos remetem, respectivamente, ao trabalho e ao dinheiro. Smith (1983, p. 65) afirma que, “pelo fato de nunca variar em seu valor, [o trabalho] constitui o padrão último e real com base no qual se pode sempre e em toda parte estimar e comparar o valor de todas as mercadorias”, entretanto, o próprio pensador esclarece a dificuldade que há na transfiguração do valor do trabalho em preço da mercadoria trabalhada. Em função da dificuldade intrínseca de medir e comparar trabalhos diferentes – sabendo que somente a computação das horas trabalhadas num produto não é o bastante para diferenciar o valor –, o dinheiro, ou o preço, aparecem como unidade de medida nominal do valor, o qual, a partir das forças do mercado, tenderá alcançar seu preço natural. Smith vai encontrar uma saída na determinação do preço ao incluir outros fatores que o compõe além do trabalho, como os lucros e a renda da terra.

Apesar de todo progresso no que tange ao trabalho e à riqueza, há limitações do ponto de vista da comparação de diversos produtos do trabalho, isto é, da materialidade ou da imaterialidade do resultado. No capítulo terceiro do segundo livro de sua obra magna, Smith identifica que a contraposição dos trabalhos enseja dois tipos de trabalho, assim como os fisiocratas, sendo discutido inclusive por outros autores clássicos da economia política: por um lado, há o trabalho produtivo e, por outro, o trabalho improdutivo.

À primeira vista, para Smith (1983, p. 285), o que diferencia os dois tipos de trabalho é a faculdade de o primeiro “acrescenta[r] algo ao valor do objeto sobre o qual é aplicado; e existe outro tipo, que não tem tal efeito”. Entende-se por este “algo” a mais que o trabalho produtivo possui à capacidade deste fixar-se num objeto cujas características principais são a propensão natural ao intercâmbio e, evidentemente, uma conservação tal que o objeto não se dissipe após o processo de trabalho, ou seja: é imprescindível que o produto do trabalho seja tangível, material, pois somente assim o trabalho pode ser movimentado e comandado de acordo com a liberdade do possuidor para determinar sua aplicação.

Por outro lado, o trabalho improdutivo seria exatamente o oposto, aquele cuja característica principal é impossibilidade de reter em si valor que possa ser manipulado no futuro, pois a imaterialidade pressupõe que o trabalho esteja findado no momento de sua execução. Smith percebeu que, apesar da importância que o trabalho improdutivo tem, produz um valor perecível que é incapaz de, com o tempo, manipular a mesma quantidade de trabalho necessário para produzir o mesmo tipo de trabalho.

A proteção, a segurança e a defesa da comunidade, o efeito do trabalho dessas pessoas, neste ano, não comprarão sua proteção, segurança e defesa para o ano seguinte. [...] O trabalho de qualquer dessas pessoas, mesmo da categoria mais medíocre, tem um certo valor, regulado exatamente pelos mesmos princípios que regulam o de qualquer outro tipo de serviço; e aquela das mais nobres e mais úteis nada produz que pudesse posteriormente comprar ou obter uma quantidade igual de trabalho. Paralelamente ao que ocorre com a declamação do ator, a fala do orador ou a melodia do músico, o trabalho de todos eles morre no próprio instante de sua produção. (SMITH, 1983, p. 286).

Mesmo assimilando valor e preço como unidade, Smith não identificou a possibilidade de o capital investido em serviços, por exemplo, ser lucrativo. Sua sugestão de empregar trabalhadores produtivos em detrimento dos improdutivos ilustra esta perspectiva. Reconhecer a imprescindibilidade dos serviços públicos, de saúde e de gerenciamento não implicou em aceitar que estes trabalhos produzam algum valor. Esta linha de pensamento é incorporada por outros clássicos como David Ricardo (1983) e John Stuart Mill (1988), principalmente este último que desenvolve a noção de trabalho produtivo e improdutivo e sua relação com a materialidade do resultado do trabalho e sua relação com a riqueza que, para este, é, antes, de tudo, riqueza material que possa ser acumulada.

Como demonstra Santos (2013), é somente com Jean-Baptiste Say (1983) que foi possível problematizar essa associação entre o trabalho produtivo e a materialidade do produto por um lado e, por outro, o trabalho improdutivo e a imaterialidade do resultado do trabalho que, inclusive, foi objeto de crítica de Mill (1988, p. 57-58). Para compreender a perspectiva de Say, é prudente apresentar como o mesmo enxerga a riqueza que é o acesso pelo qual o autor expõe suas posições acerca do trabalho imaterial. Say (1983, p. 68) admite que produzir riquezas é criar utilidade; é irrelevante a materialidade ou imaterialidade do resultado do trabalho e, conseqüentemente, de sua utilidade. Deste ponto de vista utilitarista, o conceito de riqueza é visto sob outro ângulo que implica também em outras formas de enxergar o trabalho. Não é, portanto, a materialidade do resultado do trabalho que determina a produção de riqueza, pois, como afirma Say (1983, p. 126), “não acho razoável pretender que o talento do pintor seja produtivo e que o do músico não seja”.

Apesar de introduzir os produtos imateriais no conceito de riqueza e identificar suas semelhanças com outros tipos de produção material, é pela mesma característica que, assim como Say, pensadores anteriores não conseguiram evoluir na análise do trabalho imaterial: a impossibilidade de acumulação do produto do trabalho imaterial. Assim como os outros que o antecederam, Say reconhece que o “produto” do trabalho imaterial é consumido no momento de sua execução e, portanto, mesmo possuindo utilidade, não possui a faculdade de acumular o capital. Contraditoriamente, o mesmo afirma que aqueles que trabalham em produtos imateriais também adquirem lucros e, até mesmo, fortunas.

Pode-se notar aqui a estima que os fundadores da economia tinham pelo estudo do Trabalho, cada um com suas contribuições e especificidades. Enxergam, em sua maioria, o Trabalho como substância do valor que culmina na sistematização da teoria do valor-trabalho pelos estudiosos da história do pensamento econômico. É coerente ressaltar que perspectiva econômica do Trabalho apresentada aqui remete e limita-se à compreensão do trabalho no capitalismo, apesar da tentativa de Smith em naturalizar e descolar a divisão do trabalho do momento histórico específico o qual estava vivenciando.

Apesar de diversas deficiências que foram sendo superadas pelo desenvolvimento da economia política, foi possível ressaltar o posicionamento da visão clássica acerca dos sentidos do Trabalho: compreende-se como uma atividade eminentemente benigna não apenas

para o indivíduo, mas principalmente para o conjunto de indivíduos que trabalham e trocam os respectivos excedentes, culminando num bem-estar à toda sociedade.

2.4 A ÓTICA DA ORTODOXIA ECONÔMICA

Deve-se incluir aqui, portanto, a noção de Trabalho para a teoria econômica hegemônica que remete à Escola de Pensamento Neoclássico – estimada tanto pela Academia quanto pelo senso comum, bem como reconhecida, defendida e representada por eminentes interesses políticos e econômicos –, além de identificar quais sentidos e possíveis implicações residem no interior do arcabouço teórico do *mainstream*.

No decorrer do desenvolvimento do modo de produção capitalista, mais precisamente num período de certa maturidade que remete ao fim do século XIX em meio à primeira grande crise, a Escola Marginalista emerge retomando algumas características fundamentais de pensadores clássicos como Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill e Jean-Baptiste Say, conforme a ideia da Mão Invisível do Mercado que induz sempre ao equilíbrio, levantando a premissa de não intervenção do Estado na economia, além da relação de causalidade entre oferta e demanda, entre outros. Por outro lado, os marginalistas rompem com a teoria do valor-trabalho clássica, assim como muitos ignoram a contribuição marxiana e introduzem o estudo da utilidade, substituindo a predecessora substância do valor, o Trabalho, pela Utilidade. Percebe-se, portanto, que os marginalistas absorvem a filosofia hedonista e utilitarista com a finalidade de operar os problemas econômicos de acordo com seus fundamentos e axiomas, inclusive no que tange ao Trabalho. Por conseguinte, a Escola Neoclássica aparece neste contexto como uma síntese do pensamento marginalista e de algumas contribuições de Adam Smith e, principalmente, David Ricardo.

Destaca-se o distinto modo pelo qual a Teoria Neoclássica e, em geral, o *mainstream*, compreende o Trabalho em função de seus fundamentos no marginalismo e, conseqüentemente, no utilitarismo. De tal ponto de vista, é a partir da noção de Fatores de Produção – insumos materiais e imateriais que, combinados ou não, são imprescindíveis para produção de determinadas mercadorias, bens e serviços – que desenvolver-se-á o entendimento acerca do Trabalho. Preliminarmente, verifica-se que Trabalho se reduz à trivialidade supracitada de “Fator de Produção”, a qual se apresenta como algo dado, sem

nenhuma perspectiva e consideração histórica, muito menos sociológica e política; a diversidade é abstraída. Em condições perfeitas de concorrência, os neoclássicos apresentam o trabalho como uma demanda das empresas, confundindo trabalho com força de trabalho e, por outro lado, oferta de trabalho pelas famílias. Trabalho, aqui, fadado à interpretação economicista, limita-se às considerações acerca de sua utilidade enquanto meio para alcançar o produto, cuja mensuração remete ao tempo despendido no processo produtivo e conhecimento e capacidades para laborar; enquanto a pessoa que trabalha é apresentada como custo ao comprador de sua força de trabalho que será subtraído da venda da mercadoria.

O sentido do Trabalho segundo a perspectiva hegemônica não se distancia muito da análise etimológica que concebe o trabalho como fardo, como dor, como um sacrifício ao qual a pessoa que trabalha precisa se submeter para sobreviver. A negatividade do Trabalho, limitada ao processo de trabalho, se expressa no que tange o famigerado *trade-off*, neste caso entre Trabalho e Lazer. Aparentemente, para a Teoria Neoclássica destituída de qualquer cognição histórica, a pessoa que trabalha encontra condições objetivas dadas em tal grau de desenvolvimento socioeconômico que cabe a ela, e somente a ela, a escolha entre trabalhar ou não trabalhar de acordo com o nível de salário ofertado. Somente se, a partir da utilização intensa de cálculos de matemática avançada, o trabalhador entender que determinado salário faz jus à subordinação, à penitência e ao sofrimento, bem como à renúncia do lazer, do gozo e do ócio, o mesmo ofertará sua força de trabalho. Neste sentido, trabalhar e trabalhar mais significa ascender a um nível mais elevado de consumo, mas, também, ter menos tempo para o lazer. Por outro lado, quanto menos o trabalhador dispõe seu tempo ocioso à atividade produtiva, mais lazer o trabalhador tem disponível e menores ficam as possibilidades de consumo.

Compreende-se, portanto, que a forma pela qual o *mainstream* concebe o Trabalho, isto é, como fardo, vai de encontro à noção de Trabalho no sentido positivo de realização e satisfação individual da pessoa que trabalha. Certa positividade está limitada aqui (i) ao retorno da ideia smithiana de alocação ótima dos produtos do trabalho concebidos individualmente e/ou em grupo que beneficiam a sociedade como um todo, independentemente do processo de trabalho em si; (ii) à visão utilitária do Trabalho, a qual o trabalhador sujeita-se ao processo de trabalho como meio a fim de obter poder de compra, isto é, salário para consumir produtos resultantes de outras forças de trabalho colocadas em atividade; mais uma vez independe de como é concebido o processo de trabalho e; (iii) à

percepção acerca do Trabalho que tem o comprador da força de trabalho, o capitalista, compreendendo-o como Fator de Produção que, combinado com outros fatores, torna-se útil com a finalidade de acumular mais capital, eliminando qualquer preocupação com o trabalho enquanto processo e com a objetividade e a subjetividade da pessoa que trabalha.

À vista disso, identifica-se que a “positividade” do Trabalho para os neoclássicos encontra-se latente e não corresponde a qualquer condição mínima de regozijo individual por meio do trabalho, cabendo ao trabalhador enxergar o trabalho apenas como um meio para consumir, indiferente ao resultado e às condições as quais é submetido para produzir: não existe, portanto, nenhuma relação entre o trabalhador e o resultado de seu trabalho, assim como o trabalhador não possui nenhum desejo e expectativas acerca do processo pelo qual trabalhará.

Tudo o que foi exposto acima implica em indivíduos cujas condições estão limitadas apenas em satisfazer suas necessidades, aproximando-se muito da perspectiva religiosa tradicional representada pela simbologia “da mão à boca”, além de estarem despojados de qualquer subjetividade. Tal estado é inconcebível enquanto formos indivíduos dotados de atividades mentais e físicas que aludem características internas, íntimas, bem como àquelas relacionadas ao mundo externo, à sociedade, a outros indivíduos, à cultura, à experiência histórica e coletiva.

Por fim, o arcabouço teórico do *mainstream* traz, entre outros, o Princípio da Substituição de Fatores, o qual expõe a possibilidade de intercâmbio entre dois Fatores de Produção para alcançar a mesma produção. De acordo com determinada isoquanta, haveria a possibilidade da substituição, por exemplo, de determinada quantidade de Trabalho por Capital e vice-versa, provocando o incremento de um ou de outro em função do descarte de seu par. Neste sentido, por mais abstrato e teórico que possa ser, a substituição de fatores de produção promoveria a situação que o Trabalho e, conseqüentemente, a pessoa que trabalha se tornariam descartáveis e substituíveis com um mero acréscimo em outro fator que implicaria no mesmo montante da situação com mais trabalho dedicada à produção. Sabe-se que, na prática, o desenvolvimento tecnológico e a reestruturação das forças produtivas encarregam-se de possibilitar, em alguma medida, a substituição entre os fatores.

No que tange às conseqüências para a população trabalhadora, a substituição do indivíduo – ou até mesmo de um grupo – por máquinas, por exemplo, provocaria impactos tanto na

materialidade desta população em função do desemprego, informalidade e subconsumo, quanto na subjetividade atribuída à subordinação e passividade frente às decisões dos capitalistas que implicam manipulação dos trabalhadores, insegurança, contingência, acaso e uma espécie de deriva pessoal, além de invisibilidade social, corrosão do caráter, entre outros.

2.5 HEGEL: TRABALHO, TELEOLOGIA E EXTERIORIZAÇÃO

Dentre todas as interpretações acerca dos sentidos do Trabalho apresentadas até aqui, nenhuma estabeleceu um conceito de Trabalho. Limitaram-se, portanto, (i) às utilidades do trabalho, tanto para quem trabalha quanto, se for o caso, para quem se apropria do produto do trabalho e; (ii) às consequências do ato de trabalhar, seja sob a ótica do processo pelo qual se trabalha ou pelo resultado de tal processo. Assim, sempre foi ressaltado o Trabalho de maneira pragmática, não sendo possível alcançar um conteúdo mais abstrato do que é Trabalho. A definição no âmbito filosófico, em conjunto com a valoração positiva do Trabalho, foi possível por mérito de Georg Hegel, já no século XVIII, o qual pode ser considerado precursor por conceituar o Trabalho inicialmente como um ato que o sujeito que trabalha não apenas exterioriza (aliena) seu desejo e projeta algo que se tornará factível, mas principalmente aliena a si mesmo por meio de uma ação claramente intencional.

Em função de, por um lado, a complexidade e obscuridade das formulações hegelianas e, por outro lado, o caráter sintético deste estudo, utilizou-se fontes secundárias para a realização desta subseção como obras de estudiosos das contribuições de Hegel acerca do Trabalho e sua relação com a exteriorização do homem e seu atributo teleológico.

A categoria Trabalho, portanto, ultrapassa aquela antiga condição exclusivamente econômica e biológica que remete às satisfações de necessidades elementares para, inclusive, ser compreendido filosoficamente como atividade eminentemente humana caracterizada pela intencionalidade da conduta inventiva de um conteúdo previamente dado idealmente (conteúdo *p*) que reside no “espírito” do sujeito que trabalha, bem como pela alienação deste “espírito” na medida em que tal conteúdo é efetivado, tornando-se independente deste que o concebeu.

Independentemente do tempo histórico e das condições objetivas e materiais que possam ser encontradas – não pretendendo aqui ignorar as especificidades de cada modo de produção –, é

intrínseco o caráter intencional do Trabalho, a teleologia. O sistema filosófico hegeliano traz a intencionalidade do ato de trabalhar a partir:

[...] de um lado, um **sujeito dotado de inteligência e da capacidade de querer** e, de outro, um **conteúdo p suscetível de ser querido**. Esses dois termos são correlacionados, segundo Hegel, pelos seguintes mediadores (*Mittel*): em primeiro lugar, o ato de querer; em segundo, a realização do conteúdo *p*; e, em terceiro, o ser (*das Sein*). Em outras palavras, a ação intencional se caracteriza por três relações diferentes, ou seja, o objetivo estabelecido pelo sujeito (*Zwecksetzung*), a realização do objetivo e o objetivo realizado. (BUSCH, 2005, p. 90). (grifo nosso).

Hegel atribui ao sujeito – indeterminado e em potência de determinar-se no processo de “fazer-se” – a capacidade e a autonomia do “querer”, o que implica em liberdade não exatamente no sentido moral e concreto, mas fundamentalmente na formalidade filosófica do termo. A intenção inventiva é, a todo o momento, colocada em cheque, expressando a espontaneidade do sujeito que se relaciona com *p*; “ele compreende que seu objetivo não existe senão pela força de sua própria atividade, ou seja, pelo ato de querer” (BUSCH, 2005, p. 91). Hegel percebe, portanto, a íntima relação entre o sujeito ator de todo trabalho e o produto de seu trabalho (transfiguração do conteúdo *p*) na medida em que, em função da liberdade, “ele pode, por essa razão, deixar de querer” executar completamente tal ação previamente concebida ou, até mesmo, modificar o que se espera produzir no decorrer do processo de trabalho no intuito de obter outro resultado.

Ainda no decorrer do processo de trabalho, “*p* deixa de ser um objeto querido para se tornar um ser real” (BUSCH, 2005, p. 91); “real” aqui não no sentido de se tornar objeto tangível, “coisificando-se” materialmente, mas sim tornando-se um fato, podendo aparecer como um produto material ou imaterial realizado em função da alienação do sujeito. Fica evidente, portanto, que o sujeito percebe-se como o autor do produto de tal processo e, “neste sentido, percebe o fato *p* como 'sua obra'. Para Hegel, o ator se exterioriza, portanto, pela realização de sua intenção de fazer *p*” (BUSCH, 2005, p. 91-92). Concomitantemente, é possível observar que, após realizado o conteúdo *p*, isto é, quanto este se torna fato, a relação anteriormente de intrínseca dependência entre o sujeito, o protagonista determinante do processo, e o conteúdo *p*, aparece agora de forma invertida: o fato *p* descola-se da atividade que o concebeu, tornando-se independente tanto do processo que o resultou quanto do sujeito que realizou o trabalho. É notável que:

Enquanto fato, o conteúdo p pode ser percebido, com efeito, por qualquer sujeito. Enquanto o ator o percebe como resultado de sua própria atividade, um sujeito diferente desse eu o percebe como um fato p – sem conhecer, no entanto, sua origem. **O ser não é suscetível, pois, de fazer p ser conhecido como o resultado de uma ação intencional.** [...] Pelo fato p, o ator pode desencadear acontecimentos que ele não tinha a intenção de produzir ou que nem mesmo tinha previsto. (BUSCH, 2005, p. 92). (grifo nosso).

Diante do que foi exposto aqui, é evidente o equívoco que reside em qualquer tentativa de separar os dois processos constitutivos do Trabalho: a intencionalidade do ato, ou a teleologia, e a exteriorização do sujeito que trabalha, sua alienação. Tal separação pode somente ser considerada na medida em que visa facilitar didaticamente a compreensão do sistema filosófico hegeliano, não sendo admitida aqui nenhuma indicação de cumprimento de etapas dentro de uma suposta linearidade do processo de trabalho.

Deve-se esclarecer que, em Hegel, “alienação” (*Entäusserung*) tem sentido distinto daquele cunhado por Marx, bem como daqueles que o senso comum e o Direito lhe proporcionaram. De acordo com Ranieri (2011, p. 77), “toda alienação tem sentido de exteriorização (ou extrusão) que é, ao mesmo tempo, realização histórico-política do espírito e constituição de seu reconhecer-se no percurso rumo ao saber absoluto; portanto, resultado da atividade material”, o que implica não na habitual negatividade do termo das interpretações depreciativas sob as quais Marx e marxistas se debruçam, mas sim na perspectiva de um termo dotado de neutralidade – sem margem para conotações e vieses morais, éticos e ideológicos – e naturalidade no sentido de que toda alienação ou exteriorização remete à condição do processo de humanização e objetivação do sujeito. Por conseguinte, no que tange ao trabalho enquanto ato de exteriorização do sujeito que trabalha, fazendo-se coisa, ou melhor, tornando-se fato, Ranieri (2011, p. 88-89) argumenta que, em Hegel:

[...] a objetivação positiva do trabalho enquanto alienação, enquanto saída-de-si de um sujeito que dá forma pré-ideada à natureza, é apreendida rigorosamente e de maneira legítima, mas a exteriorização positiva do sujeito, que é a **forma interna e historicamente determinada** do trabalho apropriado e controlado a partir de formas específicas (porque históricas) de propriedade, encontra, em Hegel, uma apreensão que caminha formalmente (ou sob a forma de figuras [*Gestalten*]) da dialética da dominação à culminância da dialética da cultura. [...] O trabalho aparece, assim, como um elemento cuja função é auxiliar na constituição do espírito no caminho de sua determinação, ou seja, realizar, com o intuito de vencer a indeterminação do singular, o rompimento da imediatez do sensível, lançando-o à verdade

do universal, só alcançada quando o objeto é passível de apreensão e mediação pela consciência. (grifo nosso).

Além de buscar categorizar o Trabalho, Hegel identifica positividade no labor no sentido de mediação entre a abstração do espírito e a objetividade da vida humana e sua reprodução, promovendo a sociabilidade humana. Para Ranieri (2011, p. 96), Hegel entende que “o trabalho representa, assim, a ‘transmutação’ da mera posição abstrata originária, fundada em uma consciência natural meramente intuitiva, para a consciência naturalmente humana, portanto pensante – o trabalho como sinônimo de pensar objetivo” e, à vista disso, o trabalho representa também a condição da própria reprodução social na medida em que é meio para satisfazer as necessidades humanas e ampliá-las, promovendo o desenvolvimento humano e social.

Compreende-se o indivíduo primordialmente como um ser inserido na sociedade e, portanto, na história. Este ser reconhecer-se-á e será reconhecido em outro ser, ou seja, é em sociedade que o indivíduo compreende sua unidade. Para Hegel, o Trabalho aparece também como mediador do reconhecimento entre as partes (o eu e o outro) pelo fato de que é o Trabalho que condiciona as circunstâncias as quais tornam possíveis a concepção da sociedade por proporcionar “tudo aquilo que permanece, que fica para a posteridade, para o futuro”, segundo Ranieri (2011, p. 98). É a partir do Trabalho, da ideia concretizada, efetivada, que emerge a mutualidade do reconhecimento e, nesse sentido, Hegel identifica a positividade do trabalho na medida em que, como afirma Ranieri (2011, p. 115), “aparece como elemento fundante daquele *ethos* da sociabilidade humana, que se traduz tanto em uma sociabilização da individualidade como, igualmente, em uma humanização da sociabilidade”.

2.6 FRIEDRICH ENGELS E A “HOMINIZAÇÃO” PELO TRABALHO

Escrito em 1876 e publicado – mesmo sem ter sido finalizado – somente vinte anos depois, um ano após a morte do autor, o pequeno texto intitulado “*Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*” certamente compreende a influência das ciências naturais, mais especificamente da teoria da evolução de Charles Darwin, na vida intelectual de Friedrich Engels. Há pelo menos outras três obras que demonstram, de certa forma, a dedicação deste que foi um dos fundadores do materialismo histórico à temática da Natureza, como “Anti-Dühring”, “Dialética da natureza” e “A origem da família, da propriedade e do

estado”. É notável, portanto, que a inflexão do pensamento engelsiano, no intuito de agregar e se inserir na coqueluche intelectual de sua época, é frequentemente criticada dentro da tradição marxista justamente pela tentativa de aproximar o naturalismo do materialismo histórico, dando margem às interpretações “etapistas” do desenvolvimento das sociedades no decorrer da História.

Este capítulo limitar-se-á à exposição das considerações acerca da centralidade que, segundo Engels em “*Sobre o papel do trabalho*”, o Trabalho tem na constituição do próprio homem, bem como da sociedade, na medida em que contribui para a compreensão de mais um sentido do Trabalho; não há, portanto, a pretensão de esboçar uma crítica que ultrapasse a obra em destaque.

Deve-se enfatizar que as argumentações engelsianas sobre o papel do Trabalho iam de encontro à influência da filosofia idealista impregnada também nos naturalistas da escola darwiniana, os quais não compreendiam a importância do Trabalho para a origem e evolução do homem. O que estava estabelecido pelo idealismo até então foi criticado por Engels (1974, p.69) dado que “os homens acostumaram-se a explicar seus atos pelos seus pensamentos, em lugar de procurar essa explicação em suas necessidades (refletidas, naturalmente, na cabeça do homem, que assim adquire consciência delas)”.

Engels, aproximando-se de uma interpretação materialista da evolução humana, admite que o Trabalho, além de ser a origem da riqueza como defendem os economistas adeptos à teoria do valor-trabalho, é também condição básica e fundamental de toda a vida humana (ENGELS, 1974, p. 63). Todo o desenvolvimento posterior do texto remeterá à confirmação desta condição, bem como corresponderá à conclusão apresentada ainda nas primeiras linhas, segundo a qual afirma que o trabalho criou o próprio homem (ENGELS, 1974, p. 63). Para tanto, Engels demonstra a importância das transformações do uso da mão como passo decisivo para a transição do macaco ao homem na medida em que:

[...] como consequência direta de seu gênero de vida, devido ao qual as mãos, ao trepar, tinham que desempenhar **funções distintas das dos pés**, esses macacos foram-se acostumando a prescindir de suas mãos ao caminhar pelo chão e começaram a adotar cada vez mais uma **posição ereta**. (ENGELS, 1974, p. 63). (grifo do autor).

É possível verificar que não apenas aquela suposta raça de macacos antropomorfos extraordinariamente desenvolvida (ENGELS, 1974, p. 63) é capaz de alcançar um posição ereta, proporcionando outros empregos às mãos: os macacos, em geral, apesar de normalmente caminharem com as quatro patas, mantêm-se em posição ereta sem grandes dificuldades, entretanto ainda não possuem a capacidade de adotá-la definitivamente. Estes últimos não prescindem das mãos para locomoverem-se e, apesar de, assim como os primeiros, utilizarem as mãos para recolher e sustentar alimentos, construir ninhos nas árvores, construir telhados entre os ramos e empunhar garrotes, com os quais se defendem de inimigos, ou para bombardeá-los com frutos e pedras (ENGELS, 1974, p. 64), preservam funções equivalentes entre as patas. Engels admite, portanto, que a relativa divisão das funções entre as patas, pés e mãos, não foi o suficiente para que os macacos assumissem a posição ereta.

Ainda que possa-se apresentar todas as semelhanças entre as mãos dos macacos, dos “antropoides superiores” e dos homens – selvagens ou civilizados –, como a paridade dos ossos, dos músculos, bem como a correspondência estética, há um abismo que separa, eleva e destaca a mão do homem. É por meio do próprio trabalho, pelo surgimento de novas necessidades no longo decorrer do tempo, que foi possível o desenvolvimento e aprimoramento das funções das mãos humanas. Tem-se, pela comparação, que até mesmo aqueles homens mais primitivos, selvagens, possuem a capacidade de utilizarem as mãos no intuito de realizar, com relativa destreza, funções complexas e diversificadas, enquanto que, por outro lado, “nenhuma mão siamesa construiu jamais um machado de pedra, por mais tosco que fosse” (ENGELS, 1974, p. 64), inclusive aqueles seres do período de transição, os quais puderam assumir posições mais eretas. No que se refere ao homem, Engels complementa que:

[...] já havia sido dado o passo decisivo: **a mão era livre** e podia agora adquirir cada vez mais destreza e habilidade; e por essa maior flexibilidade adquirida transmitia-se por herança e aumentava de geração em geração. Vemos, pois, que a mão não é apenas o órgão do trabalho; **é também produto dele**. Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar vida, como por artes de magia, aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini. (ENGELS, 1974, p. 64). (grifo do autor).

Seria equivocado, portanto, compreender o desenvolvimento das mãos humanas de maneira descolada, com existência própria e independente da complexidade que compõe o corpo humano. Engels dialoga com Darwin ao retomar a lei de correlação do crescimento, a qual afirma que “certas formas das diferentes partes dos seres orgânicos sempre estão ligadas a determinadas formas de outras partes, que aparentemente não têm nenhuma relação com as primeiras” (ENGELS, 1974, p. 65), ou seja, as eventuais transformações de certas partes do corpo implicam em mudanças em outras partes aparentemente sem conexão.

Neste sentido, (i) a relação dialética do desenvolvimento das mãos humanas por meio do Trabalho, possibilitando o progressivo domínio sobre a natureza e ampliando as revelações de atributos antes latentes nos objetos e; (ii) a mutualidade, a atividade conjunta que, em função do desenvolvimento do trabalho, exprime os benefícios do agrupamento dos membros em sociedade, implicaram no fato de que os homens em formação chegaram a um ponto que tiveram necessidade de dizer algo uns aos outros (ENGELS, 1974, p. 65). Engels assume aqui que a Linguagem tem origem nas necessidades criadas pelo Trabalho, dada a complexidade que este adquiriu no decorrer da evolução e, portanto, a conjugação de Trabalho e Linguagem influenciariam no desenvolvimento do cérebro, implicando numa maior capacidade de discernimento do próprio trabalho, da linguagem, da natureza, em suma, de tudo que venha a lhe interessar, seja por meio da necessidade ou por vontade. Segundo Engels (1974, p. 69):

Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a propor-se e alcançar novos objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades.

A combinação da mão que trabalha, da fala e do raciocínio viabilizou a distinção do homem frente aos outros animais. Enquanto os animais, de maneira geral, atuam involuntariamente na natureza, provocando outros fenômenos de forma acidental como, por exemplo, a polinização de plantas ou a adubação do solo, por outro lado, os homens adquiriram, ao longo do seu desenvolvimento e da combinação supracitada, a capacidade de influenciar a natureza intencionalmente, havendo, portanto, planejamento cujo fim é alcançar objetivos projetados de antemão (ENGELS, 1974, p. 70). Assim como Hegel, Engels compreende a ação do sujeito que trabalha, por mais primitivo que possa ser, como ação intencional, teleológica:

Resumindo: só o que podem fazer os animais é **utilizar** a natureza e modifica-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, **domina-a**. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho. (ENGELS, 1974, p. 71). (grifo do autor).

O Trabalho é compreendido por Engels num sentido que evidentemente ultrapassa a simples satisfação de necessidades por meio de uma atividade intencional, cujo produto é concebido previamente pelo sujeito em suas ideias, alcançando a característica de condição transformadora do macaco em homem num processo lento que inclui o desenvolvimento tanto do corpo – órgãos e membros – quanto da subjetividade na medida em que é por meio do trabalho que ocorre “hominização” dos seres humanos. Engels demonstra como o trabalho, a produção de bens de consumo imediatos ou até mesmo produção de diversas ferramentas e instrumentos – estes também frutos do trabalho –, relacionam-se com a formação do homem eminentemente racional e social, seja por meio do uso da capacidade cognitiva ou pela divisão do trabalho na sociedade. Numa relação dialética, o Trabalho, portanto, torna-se responsável por capacitar o sujeito ao “tornar-se” humano, enquanto que entende-se por trabalho uma atividade acima de tudo humana.

2.7 A ONTOLOGIA MARXIANA DO TRABALHO

Por “ontologia” (do grego, *ontos* como “ente”, “ser”; *logos* como “estudo”, “ciência”; ou seja, “estudo do ser”) entende-se a filosofia primeira – muitas vezes sinônimo de metafísica – que busca compreender o “ser enquanto ser”, isto é, as características gerais, comuns, fundamentais, necessárias, consistentes, constantes e constituintes do ser; aquelas que condicionam sua existência. Neste sentido, a ontologia se ocupa das essências do real, aspectos imprescindíveis que nenhuma forma do ser pode deixar de ter. Tais determinações estão presentes em todos os modos de ser particulares e, portanto, não podem deixar de possuí-las. A ontologia dedica-se, assim, a algo que é, não ao que deve ser ou como se deve conhecer.

É nesta perspectiva que buscar-se-á, aqui, limitar a compreensão ampliada de Karl Marx acerca do Trabalho independentemente do modo de produção que possa ser analisado. À primeira vista pode parecer contraditório buscar na construção intelectual marxiana abstrações

que existem universalmente, omitindo as condições objetivas historicamente determinadas – tempo e espaço –, entretanto, pela própria natureza do que se pretende analisar aqui, pretende-se demonstrar que sua ontologia não está descolada do materialismo histórico e dialético.

É evidente que o que considera-se “ontologia marxiana do trabalho” tem uma finalidade que excede o entendimento por si só do Trabalho enquanto Trabalho, pois o que Marx pretende é partir para a análise das contradições do modo de produção capitalista identificando a emergência da superação da sociedade de classes com o protagonismo da classe trabalhadora; ou melhor, é a partir da análise concreta da realidade capitalista, do “concreto pensado”, que Marx esboçará sua ontologia que fundamentará sua teoria crítica acerca do capitalismo e sua proposição de *práxis* revolucionária. Portanto, não é sem objetivo e intenção o que pode ser chamado de “estudo ontológico do Trabalho” por Karl Marx.

Poder-se-ia, até mesmo, acreditar que, em função da centralidade do Trabalho fomentada por Marx, tanto na formação do ser humano genérico quanto no capitalismo – seus estudos são frequentemente interpretados como uma “teoria da sociedade do trabalho” –, o estudo marxiano do capitalismo seria produto de sua ontologia e não o contrário. Percebe-se o equívoco na medida em que não é o Trabalho em si, sua ontologia, que interessa Marx, mas sim a forma específica do trabalho assalariado, a forma de trabalho característica do capitalismo. Defender que Marx parte da ontologia para compreender a forma particular, concreta e real do Trabalho no Capitalismo é ignorar seu rompimento com a filosofia alemã a qual foi formado, invertendo as proposições idealistas de Hegel e superando o materialismo de Feuerbach.

Marx se ocupa, portanto, do Trabalho enquanto *trabalho no capitalismo*, dando utilidade à ontologia na medida em que justifica a *práxis* de empoderamento da classe trabalhadora no modo capitalista de produção. Neste sentido, o presente estudo deve limitar-se à análise dos escritos de Marx que contemplam o Trabalho numa perspectiva ontológica, enquanto que caberá a futuros trabalhos a exposição de suas contribuições acerca das especificidades do Trabalho no Capitalismo e sua relação com a ontologia.

Antes de tudo, é prudente apresentar brevemente a forma pela qual Marx constrói suas análises para que seja possível descartar a hipótese supracitada. É evidente que qualquer

ontologia, por sua natureza, traz consigo formulações abstratas, genéricas e, em suma, ideais; entretanto, não só em sua ontologia como em toda teoria crítica marxiana:

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas **pressupostos reais**, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. **Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica.** (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87). (grifo nosso).

Cabendo também à ontologia, inclusive fundamentando-a no materialismo, o processo epistemológico cunhado por Marx é compreendido por basicamente três etapas: (i) por um lado, o concreto, independente do sujeito, existe por si mesmo e, por outro lado, o sujeito; (ii) o sujeito percebe o concreto, tem consciência dele e leva-o ao “mundo das ideias” e; (iii) o sujeito retorna ao concreto agora na forma de “concreto pensado”, com capacidade crítica e de formular interpretações que se elevam perante a realidade. Parte-se, portanto, da concretude da vida para a análise mais complexa do próprio concreto, da aparência do fenômeno à essência. Marx entende este concreto como:

[...] a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso **o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese**, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 1982, p. 14). (grifo nosso).

É neste sentido que a ontologia marxiana do trabalho aparece como resultado de uma mesma teoria fundamentada no materialismo histórico e dialético, não como formador ou inventor da teoria e do método. A complexidade da realidade passa a ser compreendida na medida em que o sujeito se espanta e torna-se capaz de abstraí-la e compreendê-la na forma de teoria. Por outro lado, a ontologia emerge como proposição de abstrair as particularidades históricas do objeto no concreto para alcançar aquelas características imprescindíveis que, neste caso, é aquelas que todo trabalho possui para além desta ou daquela concretude.

Esta espécie de “ontologia materialista” vai de encontro à hipótese de que Marx parte das ideias puras acerca do Trabalho para a concepção de suas análises sem qualquer mediação com o concreto. Pelo contrário, é a partir do seu espanto com o modo de produção capitalista e a sua forma de trabalho característica que Marx vai buscar abstrair as particularidades

(assalariamento, alienação, estranhamento e submissão, etc.) para aproximá-lo de outras formas de trabalho com a finalidade de identificar tudo aquilo que é comum e imprescindível a ambos. É exatamente isto que buscar-se-á expor aqui.

Em Marx, não só a categoria Trabalho, mas tudo aquilo que o mesmo propôs-se a estudar está fundamentado no materialismo. A categoria Trabalho aparece no interior da relação do sujeito com este concreto transfigurado em natureza e sociedade. Assim, torna-se possível engendrar as condições de existência, de produção e de reprodução do sujeito e, concomitantemente, da sociedade em função desta relação. Em suma, é por meio do Trabalho que o ser *é* e o ser só continuará *sendo* enquanto puder produzir sua existência, isto é, enquanto trabalhar. Por conseguinte, pode-se constatar a íntima conexão entre o materialismo e a categoria Trabalho na medida em que o trabalho é o fundamento de toda base concreta e material em forma de riqueza criada pelo homem que será objeto da metodologia materialista, enquanto que, por outro lado, o materialismo fundamenta a progressão lógica que culminará na categoria Trabalho como engendradora de tal base. Nas palavras de Marx:

[...] na **produção social da sua existência**, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. **O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica, a base concreta** sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. **O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral.** Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. (MARX, 1977, p. 24). (grifo nosso).

Diante de tais esclarecimentos, podem-se expor as principais abordagens marxianas que contemplam o Trabalho em diversas perspectivas como (i) a relação contraditória de dependência e manipulação entre o homem e a natureza, a qual fomenta intrinsecamente a produção e reprodução da própria vida humana; (ii) a eminência do homem em relação à outras formas de vida encontradas na natureza em função do trabalho e; (iii) o trabalho enquanto relação social imprescindível e genérica.

O Trabalho, tanto em sua concepção prática quanto no que se refere a sua ontologia, aparece constantemente com maior ou menor relevância nas obras de Marx, entretanto, é em sua

principal obra, *O Capital* (MARX, 2013), que é concebida a mais completa definição de Trabalho como resultado de um complexo agregado de distintas considerações presentes em livros anteriores à obra magna. Para Marx (2013, p. 255), “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Compreende-se, portanto, que a relação do homem com a natureza deve ser revelada tanto sob a perspectiva do homem e sua eterna dependência da natureza enquanto espaço natural o qual o homem utiliza, manipula, ocupa e compartilha com outras formas de vida ou, por outro lado, a imprescindibilidade da natureza para o homem, e também pela ótica da atuação e transformação da natureza pelo homem a partir de finalidades preconcebidas. Esta contradição entre dependência e manipulação da natureza é uma característica central para a análise da condição de existência humana e, conseqüentemente, do Trabalho.

Marx identifica a imprescindibilidade da natureza para o homem não apenas como resultado da insuficiência humana para consigo mesmo, mas também na demonstração de que o homem está integrado intrinsecamente ao meio natural. Apesar de o homem aparecer como um ser incapaz de produzir internamente seus próprios meios de vida e subsistência física como os seres autótrofos, ambos os seres voltam-se à natureza para manterem-se vivos em maior ou menor medida; assim como os homens, os seres autótrofos dependem da natureza e a diferença na forma de nutrir-se não elimina a mediação da natureza, pois a própria alimentação só torna-se possível no meio natural. Portanto, é somente em meio à natureza provedora de sua subsistência que o homem mantém-se vivo; a relação com a natureza é, assim, condição de existência física e material humana. Para Marx (2010, p. 84):

Fisicamente o homem vive somente destes produtos da natureza, possam eles aparecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc. Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. **O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer.** Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois **o homem é uma parte da natureza.** (grifo nosso).

Por conseguinte, no que tange ao trabalho, a relação do homem com a natureza se torna ainda mais expressiva. É evidente que, ao condicionar a existência humana, a natureza condiciona também o trabalho na medida em que, além de “arsenal originário dos meios de trabalho” (MARX, 2013, p. 257), a natureza é, do mesmo modo, “uma fonte originária de provisões, de meios de subsistência prontos, [a natureza] preexiste, independentemente de sua [homem] interferência, como objeto universal do trabalho humano” (MARX, 2013, p. 256). Sendo assim, tanto o trabalhador, ser humano que somente subsiste em meio à natureza, quanto o processo pelo qual este trabalha – que somente se concretiza a partir da combinação de elementos retirados da natureza –, ambos não são autossuficientes, muito menos tendem a descolar-se da natureza. Diante dessas características, Marx (2010, p. 81) deduz que “o trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível (*sinnlich*). Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz”.

Se a imprescindibilidade da natureza para o homem é uma premissa verdadeira, assim como é somente por meio da natureza que o trabalho é possível, condicionando, portanto, a existência física e material do homem, verifica-se que em todas e quaisquer formações sociais o homem e, por conseguinte, o trabalho estão subsumidos ao meio natural, culminando numa “perpétua condição natural da vida humana” (MARX, 2013, p. 261). O papel ou a utilidade do trabalho nesta relação dependente do homem aparece como a produção de valores de uso em função de uma ação direcionada, isto é, da apropriação e transformação da natureza com a finalidade de proporcionar a subsistência humana.

Tal produção é possível por meio do processo que, para Marx (2013, p. 255), o homem “põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”. Nota-se, uma vez mais, a íntima relação entre o homem e a natureza, com intermédio do trabalho, na medida em que, como a estes são vistos como partes de um mesmo “corpo”, apesar da plena independência do segundo, a transformação em um implica na transformação do outro num movimento limitado de constante adaptação. A natureza é incessantemente utilizada, modificada, manipulada e, por vezes, controlada pelo homem produzindo situações novas que transformam, também, a forma como a própria natureza será utilizada, ocupada, compartilhada, modificada, manipulada e controlada pelo ser humano, criando, portanto, situações novas também para o

homem. Sendo assim, as transformações e adaptações são concomitantes a ambos sem necessariamente haver simetria.

Neste sentido, a dependência e imprescindibilidade da natureza para a existência do ser humano estão também intrinsecamente relacionadas com a concepção materialista da história. Assim como demonstrado anteriormente, o materialismo histórico perpassa por toda teoria marxiana, inclusive naquilo que chamou-se atenção aqui. Como na relação dialética entre o Trabalho e o materialismo, não é difícil deduzir que a relação existente entre a metodologia materialista e a dependência da natureza para os seres humanos segue o mesmo raciocínio. Sendo assim, Marx e Engels (2007, p. 32-33) entendem que:

Os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. **O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material**, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. [...] O **segundo ponto** é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido **conduzem a novas necessidades**. (grifo nosso).

O primeiro ato histórico é, portanto, o trabalho, a produção de valores de uso. Antes de tudo, isto significa que, se a história só pode ser engendrada pressupondo que o homem esteja em condições tais que seja possível manter-se vivo – pois, ao contrário, não existiria sobrevivência humana e, portanto, história humana –, a própria história e a totalidade da vida humana devem reconhecer-se como desdobramentos do processo de trabalho protagonizado pelos próprios homens. A consequência imediata desta formulação, colocando a ação humana no centro de sua própria (trans)formação, é, como demonstra Ranieri (2011, p. 132-133), o deslocamento da “responsabilidade por aquilo que somos de uma esfera transcendente, mostrando que o controle da ação pode reverter qualquer processo decorrente de nossa própria iniciativa, na medida em que somos elementos resultantes de nossa própria atividade”. Por outro lado, a centralidade do Trabalho em Marx tem outra consequência: substituiu-se o discernimento passivo sobre a realidade imediata, a qual está dada, pela compreensão do mundo a partir da perspectiva materialista, pelo produto material e imaterial das relações eminentemente humanas por meio do trabalho e, conseqüentemente, da produção das condições da vida humana.

É prudente esclarecer (RANIERI, 2011, p. 138), de antemão, que os “atos históricos” coexistem e integram a formação da vida humana desde os primórdios, não havendo, portanto, nenhum tipo de hierarquização temporal ou de grandeza; a separação de tais atos tem função analítica e didática de um mesmo fenômeno estudado por Marx que é justamente a produção e reprodução da vida humana por meio do exercício de atividades próprias do homem.

Se por um lado, o trabalho satisfaz, por outro, cria necessidades incessantemente. Dito isto, no que tange ao segundo ato, assim como as necessidades são sempre ampliadas em maior ou menor dimensão a depender principalmente do desenvolvimento das forças produtivas em determinado espaço e tempo histórico, o processo de trabalho modifica-se constantemente, adaptando-se às próprias necessidades criadas, ou melhor, às técnicas pelas quais essas necessidades são materializadas. Entretanto, como afirma Marx (2013, p. 255), “devemos, de início, considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada”, buscando, portanto, compreender o processo de trabalho em seu sentido ontológico.

Assim, questionando-se o que há de comum, transcendendo as especificidades históricas, imprescindível a todos os processos de trabalho e, portanto, ao próprio Trabalho, além da relação de dependência com a natureza, definimos como sua principal característica a orientação antecipada da atividade produtiva, a vontade conduzida a um fim previamente concebido, em suma, a mesma teleologia já exposta por Hegel. Por outro lado, apesar de seus fundamentos na filosofia hegeliana, em Marx, o Trabalho entendido por meio da teleologia, a própria teleologia e o processo de trabalho aparecem também como proposição original que contrapõe os seres humanos, teleológicos, e outros seres vivos, instintivos:

[...] o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia **em sua mente antes de construí-la** com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um **resultado que já existia idealmente**. (MARX, 2013, p. 255-256). (grifo nosso).

Não é o produto do trabalho em si que Marx trata aqui com veemência, mas sim o processo de trabalho, a capacidade humana de idealizar o produto antes da sua concepção, bem como as técnicas para alcançá-lo, a faculdade de refletir e intervir em todo e qualquer momento do processo, projetando suas consequências e sempre possuindo alternativas latentes e em potência. Antes de tudo, há uma necessidade identificada que antecede as diversas alternativas e possibilidades para satisfazê-la; em seguida, a capacidade humana de crítica, avaliação e julgamento faz com que o indivíduo faça escolha daquela mais conveniente entre tais alternativas e, por fim, o homem propriamente trabalha, age transformando a natureza e cria algo diferente daquilo que antes era sua matéria-prima, objetivando-a, tornando-a trabalhada.

É neste sentido que, em Marx, o Trabalho é, portanto, uma atividade vital e consciente: vital no sentido de condição fundamental, engendrador da vida humana por meio do metabolismo com a natureza e é consciente por fazer desta atividade vital um “objeto da sua vontade e sua consciência”, transformando-a de acordo com determinadas necessidades e possibilidades. Já vimos que esta intervenção humana na natureza deve ser entendida do ponto de vista que inclui a transformação e adaptação do próprio homem à nova realidade, isto é, transformando a natureza, o homem transforma-se concomitantemente. Entretanto, esta adaptação do homem à natureza dá-se de forma integralmente ativa justamente pelo fato de que o homem, por meio do trabalho, não está limitado, por exemplo, à coleta e ao acaso para sobreviver; ao contrário, o homem tem a capacidade de transformar conscientemente a realidade com objetivos e finalidades postas antecipadamente à própria ação.

Assim, é por meio do trabalho que o ser humano, de forma consciente, cria as condições materiais imprescindíveis para a sua própria reprodução e desenvolvimento. Marx destaca a centralidade do trabalho na vida humana e, por outro lado, incita a comparação entre as atividades humana e animal.

O animal limita-se à reprodução de uma atividade fixada em sua própria concepção enquanto ser, sem a capacidade de desenvolvê-la por meio de uma reflexão de busca por uma melhor maneira de exercer tal atividade, por exemplo. Todo seu desenvolvimento está condicionado às transformações exógenas que interferem na sua atividade, não havendo, portanto, nenhuma possibilidade de mudança espontânea; os animais limitam-se à passividade das adaptações por estímulos externos. A condição de sua existência depende basicamente do que a natureza oferece prontamente, sempre restrita à coleta e caça de outros animais em detrimento da

produção preconcebida. A utilização inconsciente de um recurso dado ou por meio de pequenas transformações dos espaços para sua segurança, por exemplo, não permitem a modificação plena e voluntária da natureza para atender suas necessidades. Neste sentido, os animais modificam a natureza num ritmo muito lento e numa dimensão bastante restrita, normalmente como consequência de atividades involuntárias e inconscientes de suas capacidades de transformação do meio, como ao alimentar-se de frutos e espalhar suas sementes pelo espaço e a adubação da terra. Assim, para Marx (2010, p. 85):

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como abelha, castor, formiga etc. No entanto, **produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria**; produz unilateral[mente]; enquanto o homem produz universal[mente]; o animal **produz apenas sob o domínio da carência física imediata**, enquanto o homem produz mesmo livre de carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; **o animal só produz a si mesmo**, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; [no animal], o **seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico**, enquanto o homem se defronta livre[mente] com o seu produto. **O animal forma apenas segundo a medida e a carência da species à qual pertence**, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer species, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza. (grifo nosso).

Diante do que está exposto acima, Marx identifica tais distinções partindo da maior delas: o Trabalho ou a capacidade eminentemente humana de idealizar e projetar antecipadamente e produzir seus próprios meios de vida por meio de sua relação com a natureza. É neste sentido que Marx (2013, p. 255) pressupõe “o trabalho numa forma que ele diz respeito unicamente ao homem”, não cabendo, portanto, a noção de “trabalho animal”, mas sim apenas como uma atividade produtiva inconsciente e extremamente limitada.

Por limitar-se aos instintos, o animal age involuntariamente e não tem ciência do impacto de seus atos, como controlá-los ou direcioná-los para determinados fins antepostos. O animal não possui também a capacidade de tornar sua própria vida um objeto de sua vontade e enxergá-la de forma crítica por não ter consciência de sua existência real e das possibilidades e consequências contidas nesta. Neste sentido, o animal apenas *é*; o homem, por outro lado, *existe* no sentido que pressupõe o reconhecimento pleno de si – de sua existência propriamente dita –, de sua consciência, de suas capacidades e do mundo e sua complexidade.

Como *ser* predeterminado, o *ser* que apenas *é*, o animal não é capaz de refletir sobre a melhor ou pior forma de ser justamente por não ter consciência de si, por não transcender sua existência real para um objeto de (auto)análise, (auto)crítica e (auto)julgamento que implicará num desenvolvimento incitado por si mesmo, independentemente do acaso e suas adaptações impostas externamente. Portanto, de um ponto de vista sartriano, não há distinção entre o *ser-em-si* animal e o seu *ser-para-si*; ou melhor, há apenas o *ser-em-si*, o ser do fenômeno, possuidor de uma essência predefinida, uma natureza fixada a priori, sem consciência de si ou do mundo, sem *ser-para-si* e, portanto, incapaz de superar a limitação de sua atividade produtiva restrita em si mesmo inconscientemente, reproduzindo incessantemente seus instintos, nunca os superando. Dito isto, para os animais, a vida e a consciência não se fazem objetos de si mesmas.

Deve-se compreender a noção de trabalho como trabalho humano a partir da exposição acima para que seja possível compreendê-lo como atividade vital e, principalmente, consciente, incitante do desenvolvimento humano e fomentador da superação de sua condição instintiva e do cumprimento das satisfações daquelas necessidades físicas de sobrevivência.

Seguindo os passos do processo de trabalho identificados por Marx (2013, p. 256) – (i) “a atividade orientada para um fim, ou o trabalho propriamente dito”, a qual já foi amplamente discutida, (ii) “seu objeto” e (iii) “seus meios” –, sob a ótica do produto do trabalho, sua objetivação, compreende-se, fundamentalmente, como resultado tanto de uma atividade idealizada, consciente e orientada a um fim, como do esforço físico e mental do próprio homem que trabalha, ressaltando sua concentração, preocupação, cautela e atenção que a realização de determinado trabalho exige. Por outro lado, o próprio produto é percebido como detentor da potência de satisfazer determinada necessidade que antecede o processo pelo qual é produzido, isto é, o produto deve ter, antes de tudo, valor de uso. Até mesmo em sua projeção antecipada, o produto já detém um valor de uso idealizado que será materializado no decorrer do processo de trabalho; entretanto, o valor de uso do produto do trabalho objetivado, antes apenas presente nas ideias do trabalhador, somente se efetivará no seu uso ou consumo que atenderá determinada necessidade. Para Marx (2013, p. 258):

O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. **O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado.** O que do lado do trabalhador aparecia sob a

forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio [*Gespinst*]. (grifo nosso).

No que tange aos meios de trabalho, ou melhor, aos meios de produção, aqueles pelos quais a idealização do produto se realiza por intermédio do trabalho humano, Marx divide basicamente em (i) naturais, como a terra, a água e matérias-primas, enfim, os recursos naturais que a Terra dispõe e; (ii) humanos, como instrumentos, infraestrutura física, etc. Tomando como pano de fundo a relação dialética entre o Trabalho e a ampliação das necessidades humanas já apresentada, estes “meios humanos” – que nada mais são do que aqueles concebidos pelo trabalho humano – são também resultados de outros processos de trabalho anteriores a este, sendo consequência e, ao mesmo tempo, efeito do desenvolvimento do próprio trabalho e das necessidades de acordo com as relações sociais estabelecidas.

Os instrumentos são, portanto, trabalho objetivado com a finalidade ou valor de uso de mediar e engendrar a objetivação de outros produtos, de outros valores de uso e, neste sentido, detém a característica de ser eminentemente humano. Assim, um recurso natural é consumido no processo de trabalho e objetivando-se na forma de instrumento, resultando, em função de um novo processo, num produto totalmente novo e diverso daqueles que o compôs. Nas palavras de Marx (2013, p. 261), “o trabalho consome seus elementos materiais, seu objeto e seu meio; ele os devora e é, assim, processo de consumo”.

Por outro lado, é evidente que alguns animais utilizam meios externos ao seu próprio corpo em sua atividade produtiva, entretanto, o ser humano, em função de sua consciência e desenvolvimento de capacidade cognitiva e produtiva, foi o único ser apto a expandir a concepção e utilização de ferramentas, transformando a natureza para produzir suas próprias ferramentas e outros produtos do trabalho. Alguns animais apenas servem-se de algo dado pela natureza, não modificam ou pouco modificam os recursos sem produzir, portanto, instrumentos com finalidades próprias para o auxílio em sua atividade, pois o próprio instrumento possui em sua essência a objetivação do trabalho, a materialização de uma ideia e finalidades antepostas e a atividade laboral propriamente dita.

Enfatiza-se, aqui, que a produção de valores de uso amparado por um outro produto, cujo valor de uso é exatamente dar suporte a tal produção, deve ser compreendida sob uma

perspectiva que remete às condições objetivas, históricas e sociais de determinada sociedade, a partir do desenvolvimento das forças produtivas e de suas relações sociais que fundamentam a produção ou não de determinados instrumentos em detrimento de outros. Para concluir o entendimento de que as ferramentas são objetos eminentemente humanos, identifica-se que estas apenas tornam-se possíveis em função do espanto humano diante do concreto – independente do ser humano – e suas inúmeras possibilidades de utilização, exploração, transformação e controle que vem à mente do ser passa a ser compreendidos e formulados em sua consciência e, no momento seguinte, o próprio ser retorna ao concreto com a capacidade de criá-la para intervir na realidade a partir de determinadas finalidades. Assim como em qualquer trabalho, os instrumentos em geral são produtos das relações que os homens mantêm com a natureza e, portanto, com os próprios homens na medida em que percebem e intervêm no concreto.

É neste sentido acima que compreende-se não só os instrumentos de trabalho, como todo e qualquer trabalho objetivado, de modo que seja contemplada a evolução e desenvolvimento anterior e posterior da sociedade como um todo. Para tanto, deve-se ultrapassar a noção de Trabalho que refere-se somente à relação natural ou sob a perspectiva do metabolismo do homem com a natureza tão discutida até aqui, para incluir a face do Trabalho em sua conexão com a sociedade e sua complexidade, pelas relações sociais entre indivíduos, entre seres humanos. Não há, portanto, nenhuma possibilidade de desmembrar estas relações e torná-las independentes entre si; o Trabalho aparece em Marx e Engels (2007, p. 34) como uma relação dupla e concomitante: “de um lado, como relação natural, de outro como relação social”.

Por “relação social” deve-se entender como os vínculos, conexões e associações entre os indivíduos e suas ações e condutas no interior do complexo social, da sociedade. As relações sociais, ou as interações entre os seres humanos, e a constituição do próprio indivíduo e da sociedade pressupõem que:

[...] a sociedade é o próprio movimento do objeto – na medida em que o objeto somos nós mesmos e os produtos de nossa atividade –, pois não é um conceito que admite definições fáceis ou, talvez, nem admita definição alguma. **Não há sociedade sem indivíduo, assim como não há indivíduos não sociais.** A sociedade é uma totalidade dependente dela mesma, de seus fenômenos internos, para desdobrar-se em um fazer-se-a-si mesmo do próprio trabalho humano. Mas a constituição do todo só existe a partir da

manifestação de particularidades e de singularidades [...]. (RANIERI, 2011, p. 135). (grifo nosso).

Compreender o Trabalho em sua dimensão social significa que, a partir desta íntima e insuperável relação indivíduo-sociedade, o desenvolvimento e a história da humanidade estão imbricados e, em primeira instância, condicionados pela produção de valores de uso, pelo próprio Trabalho. Não há, portanto, trabalho que não seja social pelo simples fato de que este só é possível em função de trabalhos anteriores que condicionaram a base concreta – técnica – , pela qual o processo de trabalho presente se debruçará, ou seja, como afirmam Lessa e Tonet (2011, p. 25), o trabalho é entendido como social no sentido de ser “resultado da história passada, é expressão do desenvolvimento anterior de toda a sociedade”.

Tomando o trabalho aqui em seu complexo de processo de trabalho composto pela faculdade teleológica, o valor de uso transfigurado no produto do trabalho propriamente dito e os meios pelos quais tal processo ocorrerá, observa-se que, da mesma forma que o trabalho decorrido até então proporciona a atividade laboral no presente, este último tornar-se-á base pela qual o trabalho futuro se fundará. Isto significa que a produção de determinado objeto é condicionado pelo estágio de desenvolvimento que uma sociedade está no momento de sua produção, e o que é produzido num determinado momento mantém, em alguma medida, correspondência com a evolução anterior da sociedade e, por consequência, do trabalho passado.

É evidente que o homem, desde sempre, precisou utilizar-se da natureza exterior para além do que está dado, transformando-a e inclusive a si próprio, em todos os sentidos. Dito isto, é evidente que a sociedade deve ser percebida como entidade em eterna transformação, assim como os próprios indivíduos e o próprio trabalho. O desenvolvimento do trabalho implica em novos produtos, novas necessidades, novos meios e novos processos, enfim, em alterações que culminam em novas condições e situações históricas, econômicas e sociais que abrangem a sociedade como um todo.

A consequência imediata que se concretizará no processo de desenvolvimento do trabalho e, portanto, dos indivíduos e da sociedade, é a generalização do próprio desenvolvimento e, por conseguinte, do conhecimento, das técnicas e das experiências no decorrer do tempo histórico. Há, portanto, uma tendência de que toda atividade produtiva laboral, bem como tudo aquilo

que está no interior desta ação e suas consequências, estejam à disposição da humanidade em maior ou menor dimensão de acordo com as relações entre os diversos grupos sociais por meio da política.

Os conhecimentos adquiridos ao longo do desenvolvimento da humanidade, frutos do trabalho, não se limitam apenas àquela necessidade que o gerou ou se restringem àquela área específica. Pelo contrário, a partir do trabalho e, conseqüentemente, da ampliação das necessidades humanas, o conhecimento antes restrito passa a expandir-se e integrar outros campos, transformando, portanto, o conhecimento simples cuja função é servir à satisfação imediata de certas necessidades localizadas em um mesmo conhecimento agora genérico, útil para as diversas atividades que satisfarão e criarão outras necessidades num movimento incessante.

Assim, tais conhecimentos disseminam-se de tal forma que o próprio trabalho – condição fundamental para o desenvolvimento do conhecimento – evolui ao mesmo tempo que é transformado para atender às novas e distintas possibilidades e necessidades. A sociedade e, concomitantemente, os indivíduos prosperam diante de tais relações que dão-se no interior da própria dinâmica social. Este é, à vista disto, uma das óticas que fundamentam a dimensão social do Trabalho.

Por outro lado, entretanto ainda no que tange à relação entre os indivíduos no interior do complexo processo de interação social, na conexão dos homens entre si, pode-se identificar como o Trabalho e, principalmente, o resultado do trabalho são introduzidos neste contexto sob a perspectiva da geração de outros homens. Para Marx, pressupondo a capacidade humana de recomeçar e aperfeiçoar sua própria vida a partir do intercâmbio do homem com a natureza exterior por meio do trabalho, numa relação dialética os homens passam a originar outros homens na medida em que torna-se possível ampliar a sobrevivência, enquanto que os novos homens futuramente teriam também capacidade de trabalho e, por conseguinte, de estender a sobrevivência dos grupos sociais. Neste sentido, desde as relações mais elementares e imediatas como a relação entre o homem e a mulher, até àquelas mais complexas como entre classes e frações de classes, está no interior de ambas, ou no mínimo está implícito, o Trabalho como base das relações sociais. “Mostra-se, portanto, desde o princípio, uma conexão materialista dos homens entre si, conexão que depende das necessidades e do modo

de produção e que é tão antiga quanto os próprios homens”, afirmam Marx e Engels (2007, p. 34).

Em suma, para concluir a compreensão da dimensão social do Trabalho é imprescindível apresentar introdutoriamente a análise marxiana do Trabalho como fundamento do ser social e genérico. Marx (2010, p. 107) argumenta que, antes de tudo, “o indivíduo é o ser social”. Deve-se entender o ser social marxiano como resultado de todo processo passado, anterior a ele próprio, produto de todas as circunstâncias sociais as quais proporcionaram o ser existir de uma forma em detrimento de outra e modificá-la por meio de sua ação individual e coletiva. Ranieri (2011, p. 138) complementa afirmando que:

[...] por um lado, a humanidade está sob a égide de um processo real em virtude do qual uma **geração de indivíduos contínua**, mantém, em circunstâncias completamente distintas e transformadas, as atividades herdadas das gerações anteriores; por outro, esses **indivíduos modificam as velhas circunstâncias mediante uma atividade nova**. (grifo nosso).

Observa-se que o Trabalho está no interior das relações acima destacadas na medida em que Marx se debruça diante do fenômeno de transformação da natureza e, conseqüentemente, da base material construída pelos homens e imprescindível à sua própria vida. É, portanto, pressupondo condições objetivas materiais que se desenvolveram até determinado instante que engendram novas relações sociais, novas disputas, novos processos de trabalho, produtos, técnicas e conhecimentos – as quais vão se acumulando e formando uma nova base concreta para as gerações futuras capazes de intervir e modificar as circunstâncias dadas numa gama expressiva de possibilidades –, que compreende-se o Trabalho como fundador e constante refundador do ser social em função de ser a principal força mediadora pela qual a sociedade e os indivíduos tornam-se produto e produtores, originados e criadores das relações sociais cuja base está na concretude da produção e reprodução da vida humana.

O incessante desenvolvimento da configuração social, da vida humana em geral, é entendido por Marx como fruto das ações próprias de indivíduos e grupos sociais anteriores que se apropriaram, em alguma medida, da natureza e suas potencialidades que condicionam a própria vida. Em suma, é por meio do Trabalho que o ser humano é compreendido como ser social e, portanto, genérico, aquele que produz não apenas individualmente, mas, por outro lado, compreendendo o fato de não haver indivíduo não-social, produz social e

genericamente, produz para toda a humanidade, tanto a própria produção quanto os processos pelos quais se produzirão e estão sempre em função da coletividade em alguma medida. Marx (2010, p. 85) observa que:

[...] na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como a sua obra e a sua efetividade (*Wirklichkeit*). O objeto do trabalho é portanto a *objetivação da vida genérica do homem*: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa, efetiva[mente], contemplando-se, por isso mesmo, a si mesmo num mundo criado por ele. (grifo nosso).

Diante de tudo que foi exposto até o momento, não é difícil identificar como a perspectiva marxiana do Trabalho está relacionada às concepções já apresentadas de Hegel e de Engels. Não pretende-se, aqui, estabelecer nenhuma evolução cronológica e/ou qualitativa das respectivas óticas; apenas evidencia-se o intuito de estabelecer relações entre os pensamentos que implicam no desenvolvimento de um mesmo objeto de estudo, o Trabalho. Dito isto, observa-se que a “ontologia marxiana do trabalho” vai parcialmente ao encontro da análise idealista de Hegel principalmente no que tange à compreensão da relação entre Trabalho e teleologia, pois alienação em Marx tem uma conotação distinta daquela de Hegel.

Por outro lado, tal ontologia subsumiu e, ao mesmo tempo que incorpora elementos engelsianos, sintetizou uma compreensão mais robusta e complexa do Trabalho de acordo com as três frentes de análise apresentadas acima. O Trabalho passa a ser compreendido aqui de forma transdisciplinar, unificando o conhecimento ora dividido em econômico, social, político, filosófico, entre outros, para uma análise mais abrangente deste ato eminentemente humano. Em Marx, portanto, a concepção de Trabalho – diferentemente da concepção meramente economicista das escolas de teorias econômicas já apresentadas, como também da limitação à filosofia idealista em Hegel e à ética dos tipos ideais weberianos – é fundamentada de acordo com a ação humana sensível, à *práxis* e às condições objetivas, em suma, ao materialismo histórico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, pode-se constatar a tentativa de apresentar e desenvolver diversas perspectivas acerca do Trabalho. Em função de sua centralidade na vida humana, foi proposto aqui uma maior amplitude no estudo do objeto Trabalho, o qual, pelo contrário, não se limita à análise meramente econômica. Procurou-se, portanto, relacionar as principais tendências das ciências econômicas sobre o Trabalho com outras fontes de conhecimento, como a filosofia, a teologia, a sociologia e a etimologia; entretanto, apesar de tal esforço, deve-se admitir que outras áreas do conhecimento humano que estudam o Trabalho não foram incluídas e, por conseguinte, demonstra a despreensão deste estudo para com o esgotamento das concepções.

Entre as diversas óticas que foram expostas, procurou-se, também, enfatizar alguns pontos cujas convergências e/ou divergências são mais expressivas. Foram identificadas aproximações entre (i) o principal sentido que a palavra “trabalho” enseja e a forma negativa que a tradição cristã-católica propagou e que foi absorvido pela filosofia hedonista e utilitarista que fundamenta a ortodoxia econômica; (ii) a eminente relevância do Trabalho para o desenvolvimento do ser humano identificada tanto pela ética protestante, quanto pelos economistas clássicos e por Marx e Engels e; (iii) a complexa percepção de Hegel sobre o Trabalho e o desenvolvimento desta pelas concepções marxianas e engelsianas, a primeira pela ontologia e a segunda pela história natural humana.

Constataram-se pelo menos dois sentidos opostos referentes à própria origem da palavra “trabalho” para as principais línguas ocidentais, entretanto o sentido negativo como sinônimo de tortura e fardo foi bastante evidenciado. Este mesmo sentido foi perpetuado pelo catolicismo e sua ótica do trabalho como fruto do Pecado Original, pelo qual a humanidade estará condenada ao fardo do trabalho até o momento do retorno aos céus. Apesar de fundamentar-se em outras fontes, a ortodoxia econômica possui a mesma perspectiva acerca do Trabalho: buscar-se-á racionalmente a minimização do sofrimento enquanto que a felicidade seria potencializada. Esta máxima da filosofia utilitarista é aplicada à forma pela qual a escola hegemônica da economia concebe o trabalho, isto é, como uma atividade que provoca mal-estar e dor para quem trabalha e como custo para quem explora o trabalho. Portanto, dadas as particularidades de cada concepção, há, no interior de cada uma delas, o sentido de negatividade acerca do trabalho, cujas consequências foram tratadas nas respectivas subseções.

Deve-se, também, expor a aproximação das diversas concepções que possuem o sentido positivo do trabalho, diferentemente daquela apresentada acima. Por meio da etimologia de “trabalho”, destacou-se que há um espírito de realização quando trabalho se refere ao seu produto, não ao processo. A economia política clássica converge a esta mesma perspectiva ao relacionar o trabalho com a riqueza, isto é, o trabalho como produtor de bens que satisfazem as inúmeras necessidades humanas. Dada a importância das causas de seu desenvolvimento, como a divisão do trabalho, o trabalho enquanto produto e, portanto, a riqueza, são benignas não apenas para o trabalhador e o possuidor da riqueza, mas principalmente à sociedade como um todo que se beneficia da amálgama de bens disponíveis. De outro ponto de vista, o protestantismo identifica a positividade do trabalho na medida em que introduz a noção que Deus é um trabalhador por excelência, o que implica tanto o reconhecimento e valorização do trabalho em si como também o advento de uma ética profissional a qual, por meio do trabalho, a pessoa é semelhante e aproxima-se de Deus.

Apesar de distanciar-se bastante das concepções acima, Engels identifica a imprescindibilidade do trabalho para a (trans)formação do ser humano. O trabalho é apresentado como provocador da evolução e distinção humana, tanto de suas características físicas, quanto das intelectuais. Marx, por outro lado, abstrai, num primeiro momento, a materialidade das relações de trabalho as quais estudou exaustivamente para compreender o trabalho em seu sentido eminentemente filosófico. Compreende-se o trabalho como uma relação imprescindível entre o homem e a natureza, sendo, portanto, fomentador da produção e reprodução da vida humana em função dos produtos do trabalho. O trabalho é o primeiro ato humano e aquele pelo qual o homem se perpetua, não havendo a possibilidade de vida humana excluindo a atividade produtiva e provedora.

Outra linha bastante influente que apresenta inúmeras afinidades é aquela iniciada por Hegel e que foi incorporada e superada por Marx e Engels. Num momento histórico de revoluções intensas cuja concepção protestante do trabalho estabelecida era confrontada com a penosa realidade dos trabalhadores, os quais viam, de fato, o trabalho como sofrimento, Hegel introduziu a análise do trabalho à sua filosofia, distanciando-se expressivamente da materialidade e urgência de seu tempo. Para tanto, Hegel inseriu a teleologia e a exteriorização como características intrínsecas ao trabalho, as quais foram absorvidas tanto pelas análises marxianas e engelsianas. Entretanto, estas possuíam a pretensão de trazer as

contribuições hegelianas para a análise material e real da vida humana com pretensões revolucionárias; em Hegel, por outro lado, verifica-se a neutralidade de suas formulações no que se refere aos sentidos do trabalho. Engels, por um lado, compreende o trabalho em sua dimensão natural humana, como propulsor da formação dos seres humanos enquanto tais, utilizando o atributo teleológico apresentado por Hegel em suas considerações sobre o desenvolvimento das atividades produtivas eminentemente humanas e suas relações com a capacidade intelectual e racional do homem e o controle dos órgãos fundamentais ao trabalho, como as mãos. Por outro lado, Engels não faz referência à exteriorização do ser humano que trabalha, distinta característica da concepção hegeliana.

Em Marx, as contribuições de Hegel são, à primeira vista, compreendidas em sua totalidade e, por conseguinte, são superadas. Assim como Engels, a concepção marxiana do trabalho absorve a noção hegeliana da teleologia do trabalho, da prévia ideação humana. Há, portanto, convergência entre as três concepções sobre a faculdade teleológica eminentemente humana que se expressa no trabalho, isto é, uma orientação antecipada da atividade produtiva, a qual precede uma necessidade e/ou vontade que será conduzida a um fim concebido nas ideias antes de ser efetivado. No que tange à teleologia, a principal contribuição de Marx refere-se à contraposição entre os seres humanos e outros seres vivos, os quais são, respectivamente, teleológicos e instintivos. Enquanto os primeiros refletem e intervêm no processo de trabalho a todo momento em função de sua consciência, os animais estão limitados aos instintos que determinam suas ações e seu próprio ser. Foi possível identificar a importância do pensamento marxiano para o estudo do trabalho em função de sua percepção ampla sobre a relação entre o homem e natureza e a produção da vida humana por meio do trabalho, como também o trabalho como fundamento da distinção do homem frente a outras formas de vida, sendo a base das relações sociais.

No que tange às rupturas entre as concepções, algumas foram destacadas no decorrer deste estudo. É notável aquela referente à etimologia, a qual a palavra “trabalho” possui um duplo e contraditório sentido: por um lado, o trabalho remete à mais distante referência ao instrumento de tortura e, no decorrer da história, ao processo de trabalho que seria, essencialmente, penoso e sofrido; por outro, o trabalho sob a ótica do produto possui o caráter de satisfação e realização. No português, a mesma palavra é utilizada tanto para um, quanto para outro sentido, apesar de opostos e, ao mesmo tempo, serem parte de um mesmo objetivo.

Outra ruptura que foi apresentada refere-se à ótica cristã que, por si só, é bastante fragmentada em diversas vertentes. Enquanto os católicos estão mais alinhados com o sentido negativo do trabalho tão explícito no livro do Gênesis – exercendo influência ao longo de toda a história da humanidade até a Reforma Protestante –, as vertentes protestantes, especialmente a calvinista, enxergam o trabalho como o meio pelo qual o ser humano se aproxima de Deus. Os primeiros preferem o ócio e o lazer em detrimento do fardo do trabalho, até mesmo por conta da forma negativa que os católicos enxergam a riqueza; os últimos prezam pela riqueza como forma de adoração a Deus, sendo, portanto, fruto de seus esforços no trabalho com o auxílio constante de vossa divindade.

Referente à economia, verificou-se outra ruptura da orientação iniciada pelos economistas clássicos, principalmente Adam Smith, e aquela invertida pelos economistas neoclássicos. Enquanto os primeiros defendiam não só o trabalho como substância do valor, mas também a sua centralidade na vida humana, os neoclássicos adotaram a noção de utilidade que implicou numa outra forma de enxergar o trabalho: como sofrimento para quem trabalha e como custo para quem utiliza-se do trabalho alheio. Isto significa que abandonou-se aquela percepção clássica do trabalho, seu desenvolvimento e consequente divisão do trabalho como fundamento a riqueza e, conseqüentemente, do bem-estar social, dando lugar à uma visão meramente econômica, utilitarista e individualista.

Em suma, podem-se destacar duas orientações opostas que as concepções demonstram harmonia e convergência: (i) o trabalho enquanto fardo, sofrimento, aquilo que se evita com todo empenho, sendo representado pelo processo de trabalho pelo qual o indivíduo supostamente prefere o lazer e o ócio, além de ser um custo monetário; (ii) o trabalho enquanto atividade eminentemente humana, formadora e promotora da humanidade por meio dos seus resultados que satisfazem todos os tipos de necessidades.

Os sentidos negativos do trabalho têm, no seu interior, a perspectiva individualista pressupondo um ser humano já formado como homem e mulher vivendo em determinada sociedade. Dentre as concepções desenvolvidas ao longo deste estudo, se enquadram nesta orientação: (i) a etimologia do trabalho no que se refere ao processo de trabalho; (ii) a perspectiva católica do trabalho e sua relação com o Pecado Original; (iii) o trabalho segundo a escola neoclássica e sua forma de enxergá-lo como custo para quem explora e como dissabor para quem trabalha, o qual sempre busca substituir as horas de trabalho por lazer.

Por outro lado, a positividade do trabalho remete preponderantemente a uma visão coletivista, social e filosófica. A exceção ao coletivismo é a perspectiva protestante, a qual deixa a cargo do indivíduo a possibilidade de promover as graças à divindade por meio do seu próprio trabalho. Além desta, as outras concepções possuem uma forma positiva de compreender o trabalho pressupondo o coletivismo, como: (i) os economistas clássicos que relacionam o trabalho de diversos e desconhecidos indivíduos que formam a amálgama social e a riqueza da sociedade como um todo; (ii) a visão etimológica do trabalho enquanto produto, a qual tende a se confundir com aquela dos economistas clássicos, sendo o produto, ou a riqueza, o grande trunfo do trabalho; (iii) a partir da relação entre trabalho e gênese e desenvolvimento do ser humano cunhada por Engels e; (iv) a eminente concepção de Marx sobre a ontologia do Trabalho e sua relação com a natureza e formação humana, a distinção do homem frente aos outros animais e a complexificação das relações sociais.

Diante de todo conteúdo exposto ao longo deste estudo, foi possível, por um lado, esclarecer e desenvolver diversas concepções totalmente distintas sobre o Trabalho na tentativa de estabelecer relações entre elas aparentemente insustentáveis e desagregadas. Neste sentido, é notável a significativa ampliação da minha percepção acerca do objeto pesquisado, o qual é, na aparência, dos mais triviais a serem estudados no campo das ciências humanas; entretanto, ao aprofundar-me na pesquisa sobre o Trabalho, pude identificar a riqueza e complexidade do objeto, seja por meio das teorias e abstrações ou pelas análises empíricas acerca dos problemas constantes do Mundo do Trabalho, as quais foram omitidas neste estudo.

Por outro lado, admitem-se inúmeras dificuldades que surgiram no decorrer do processo de elaboração deste estudo. Além da complexidade e abrangência de algumas concepções, considero como obstáculos as diferenças e divergências metodológicas, as quais inibem a pretensão de relacionar as distintas concepções acerca do Trabalho e, conseqüentemente, a falta de correspondência explícita, bem como a limitação de algumas destas a determinados campos do conhecimento, supostamente engessando a análise cruzada dos sentidos do Trabalho.

Concomitantemente ao desdobramento das concepções, emergiram novos questionamentos e desafios que implicariam na inclusão de outras perspectivas para além destas que foram apresentadas. Há, pelo menos, outras quatro fontes que podem auxiliar a construção de outras concepções acerca do Trabalho: (i) aquela elaborada pelo filósofo húngaro György Lukács, o

qual desenvolveu as teorias marxianas e estabeleceu novas fronteiras para o estudo do Trabalho enquanto categoria fundante do ser social e, portanto, dá continuidade ao seu estudo ontológico; (ii) as formulações do sociólogo Émile Durkheim, as quais remetem e desenvolvem, em alguma medida, aquelas apresentadas por Adam Smith, identificando a ampliação da divisão do trabalho e suas influências para além do âmbito econômico, isto é, em última instância como um mecanismo de coesão social em função da interdependência dos indivíduos; (iii) correspondente e, em alguma medida, produto da concepção economicista da escola neoclássica, a Teoria do Capital Humano (TCH) enseja uma outra perspectiva acerca do Trabalho e, principalmente, do trabalhador, o qual supostamente passa a ser empoderado e senhor do seu próprio destino e; (iv) relacionado à última e, conseqüentemente, à noção de Fatores de Produção característica dos neoclássicos, surge a ótica da Psicologia Organizacional (PO) e sua estrutura de Recursos Humanos. Enquanto a TCH parte do trabalho sob ponto de vista do trabalhador que enxerga-se como Fator de Produção, a PO, ao contrário, segue em busca das soluções às demandas da empresa no que se refere à otimização dos Fatores; é evidente a intersecção entre as duas concepções.

Aparentemente, o estudo do Trabalho sob uma perspectiva teórica e demasiadamente abstrata, assim com esta que procurou-se apresentar ao longo desta pesquisa, possui pouca ou nenhuma relevância no âmbito do pragmatismo intervencionista e de curto prazo. No entanto, identifico diversos potenciais e contribuições no âmbito das disputas no campo das ideias sobre o Mundo do Trabalho que, em última instância, possuem implicações diretas na configuração social.

Concepções divergentes sobre o Trabalho provocam, na prática, atuações opostas dos agentes políticos – conflitos pela hegemonia política e visão de Mundo, tanto no interior do Estado, quanto nas relações com a sociedade civil – nas disputas acerca dos problemas referentes ao Mundo do Trabalho, como o desemprego, a determinação e, até mesmo, extinção do salário mínimo, a flexibilização dos direitos trabalhistas, a livre negociação entre empregados e empregadores, a jornada de trabalho, o sindicalismo, a terceirização, em suma, a precarização das relações de trabalho.

As mudanças incessantes no Mundo do Trabalho e, principalmente, as ameaças e perdas efetivas dos trabalhadores em nível internacional, incitam o cuidado e dedicação com o desenvolvimento das pesquisas, as quais passam a ser cada vez mais elaboradas, tanto a nível

teórico, quanto empírico. Ambos possuem, conjuntamente, a finalidade de auxiliar e fundamentar as disputas concretas diante dos constantes conflitos no âmbito da produção, distribuição e circulação de riquezas na sociedade.

Em suma, por um lado, o caráter introdutório deste estudo enseja o aprofundamento nas investigações teóricas, introduzindo novas concepções e buscando reflexões e relações mais complexas, bem como implicações práticas destas visões; por outro, considero este trabalho como o primeiro movimento na minha inserção nas análises empíricas da problemática trabalhista, fundamentando futuras críticas e intervenções políticas.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005. (Mundo do Trabalho).
- _____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do Trabalho).
- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho?**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ASTRADA, Carlos. **Trabalho e alienação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- BÍBLIA online. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/>>. Acesso em: 15 out. 2015.
- BUSCH, H. C. S. Exteriorização e economia: a teoria hegeliana do trabalho e da sociedade civil. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 88-112.
- CARDOSO, Luís Antônio. A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. **Tempo Social**, Brasil, v. 23, n. 2, p. 265-295, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12675/14452>>. Acesso em: 18 ago. 2015.
- CARMO, Paulo Sérgio do. **A ideologia do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**: volume 1. São Paulo: Edições Sociais, 1975.
- FILGUEIRAS, L. A. M. Traços gerais da teoria do valor de Smith e Ricardo. In: SILVA, G. F; FILGUEIRAS, L. A. M; MOURA, M. C. B. (Orgs.). **Perspectivas em filosofia da economia**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 37-54.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1992.
- GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- HARVEY, David. **Para entender O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HUNT, E. K; LAUTZENHEISER, Mark. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- _____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. **O capital**: crítica da economia política: Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes:** a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas)

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MILL, John Stuart. **Princípios de economia política:** com algumas de suas aplicações à filosofia moral. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

NAPOLEONI, Claudio. **Smith, Ricardo, Marx:** considerações sobre a história do pensamento econômico. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade:** problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. 2v.

PINDYCK, R. S; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia.** 7. ed. São Paulo: Prentice Hall: Pearson Education do Brasil, 2010.

QUESNAY, François. **Quadro econômico dos fisiocratas.** São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas).

RANIERI, Jesus. **Trabalho e dialética:** Hegel, Marx e a teoria social do devir. São Paulo: Boitempo, 2011.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas).

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos:** o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1996.

SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de economia política.** São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Os economistas).

SANTOS, Vinícius Oliveira. **Trabalho imaterial e a teoria do valor em Marx:** semelhanças ocultas e nexos necessários. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações:** investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 2v. (Os economistas).

VARIAN, Hal R. **Microeconomia:** uma abordagem moderna. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WILLAIME, Jean-Paul. As reformas protestantes e a valorização religiosa do trabalho. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 63- 87.